

**35º Encontro Anual da Anpocs;
GT 21 – Mídia, Política e Eleições**

Entre o preconceito e a realidade: investigando a vitória de José Serra na Região Metropolitana de Natal na eleição presidencial de 2010

João Emanuel Evangelista (UFRN)

Gustavo César de Macêdo Ribeiro (UFRN)

A análise das eleições presidenciais em 2010 requer o desenvolvimento de estudos específicos das diferentes e complexas situações políticas que se manifestaram nas unidades federativas das diferentes regiões brasileiras. É necessário ir além da superficialidade do senso comum alimentado pelos instrumentos de formação de opinião pública, sobretudo através das opiniões veiculadas em jornais, revistas e programas de televisão. Para tanto, é fundamental superar as falsas aparências e as explicações fáceis sobre o processo político brasileiro que resultou na eleição da presidenta Dilma Rousseff para dar continuidade ao projeto político e aos programas governamentais iniciados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O estudo dos processos eleitorais põe por terra as fórmulas explicativas simplistas e preconceituosas que, no segundo turno das eleições presidenciais, dividem o Brasil com uma linha ilusória entre dois países radicalmente díspares. Os eleitores de José Serra (PSDB) formariam um Brasil rico, moderno e desenvolvido; enquanto, os eleitores de Dilma Rousseff (PT) fariam parte de um Brasil pobre, atrasado e subdesenvolvido. Nada mais enganador. Os mapas eleitorais elaborados apressadamente não podem esconder os matizes e subtons que fazem dos processos e preferências eleitorais fenômenos plurais e contraditórios que invadem, atravessam e transbordam regiões, estados, cidades, classes e grupos sociais. O comportamento eleitoral apresenta padrões e tipos complexos e contraditórios porque condensa múltiplas determinações convergentes que se cruzam em amálgama de contexto e posições sociais, visões sociais de mundo (envolvendo valores e atitudes sociais relacionados à cultura política) e disposições individuais que se constroem nas experiências e inter-relações da vida cotidiana e se traduzem em escolhas motivadas por razões, sentidos e expectativas individuais dos eleitores (CASTRO, 1992; FIGUEIREDO, 1991; TELLES, LOURENÇO e STORNI, 2009)¹. Os candidatos que se tornam os principais protagonistas de uma eleição nacional despertam a simpatia e conquistam o voto de brasileiros que estão espalhados por todos e cada um dos segmentos sociais e dos recantos geográficos. A variação reside no grau de intensidade e

¹ Uma causa das dificuldades teóricas na análise e compreensão do comportamento eleitoral é a ênfase reducionista em uma das suas múltiplas dimensões. As abordagens sociológicas ressaltam o condicionamento do comportamento eleitoral pelo contexto social, estrutura social, classes e interesses sociais e ideologia. As abordagens psicológicas acentuam a importância da socialização, relações interpessoais, crenças, valores e atitudes dos eleitores. E as abordagens da escolha racional centram-se nas motivações, estratégias e recompensas das escolhas individuais dos eleitores. Todas essas dimensões precisam ser tratadas como complementares na explicação do comportamento eleitoral.

abrangência que essas preferências eleitorais adquirem em diferentes contextos sociais (COIMBRA, 2010a e 2010b; BACELAR, 2010).

A complexidade desses fenômenos políticos fica manifesta quando observamos os resultados eleitorais no Nordeste. Na região brasileira mais supostamente impactada e influenciada pelo lulismo, o voto das capitais revela tanto tendências que se assemelham à maioria das capitais brasileiras, como é o caso da fulgurante ascensão eleitoral da candidata Marina da Silva (PV) no primeiro turno, sobretudo em Salvador (BA), Recife (PE) e Fortaleza (CE); como tendências que são discrepantes do contexto regional, em que a candidata Dilma Rousseff (PT) conseguiu em termos proporcionais seus melhores desempenhos eleitorais, com a obtenção de maioria eleitoral pelo candidato José Serra (PSDB) no primeiro e/ou segundo turno em capitais e cidades de suas respectivas regiões metropolitanas, como ocorreu em Natal (RN), Aracaju (SE) e Maceió (AL) (TSE, 2010).

O presente estudo incide suas análises sobre tais discrepâncias, tomando como objeto de estudo a vitória eleitoral no segundo turno do pleito presidencial de 2010 do candidato José Serra em Natal, bem como em algumas das principais cidades que formam sua Região Metropolitana, maior concentração demográfica e eleitoral do Rio Grande do Norte. Na capital norte-rio-grandense, bem como em alguns municípios em seu entorno, a vitória de José Serra distou do resultado geral do segundo turno no estado e mesmo da votação obtida por Dilma Rousseff em outras cidades-polo potiguares².

Investigar tal resultado não somente implica em um posicionamento crítico em relação à plêiade de especulações explicativas veiculadas em esfera local (mormente pelos observadores midiáticos). Antes, sobretudo, o caráter das análises aqui empreendidas visa à elaboração de aproximações iniciais às dinâmicas eleitorais que tomam cena na região em questão.

Portanto, ao imperativo de compreender os “porquês” da vitória eleitoral tucana em Natal e região serão interpostas hipóteses explicativas preliminares, formuladas a partir da observação tanto dos elementos sociais e históricos da formação do eleitorado no estado, quanto de variáveis políticas específicas (mobilização de atores e números eleitorais).

² Este foi o caso de Mossoró, segundo maior colégio eleitoral do estado. Embora seja o município mais identificado com a atuação política da então governadora eleita no primeiro turno, Rosalba Ciarlini (DEM), esta cidade do oeste norte-rio-grandense registrou, a despeito do apoio de Ciarlini a José Serra, uma ampla vantagem de Dilma Rousseff naquela etapa do pleito: 61% (ou 73.046 eleitores) contra 39% (46.701)

Assim sendo, o texto começa por abordar as especificidades da formação histórica recente do Rio Grande do Norte, analisando sua característica tendência à concentração socioeconômica e político-eleitoral. Como desaguadouro de fluxos de um processo de modernização seletiva, tal formação, necessariamente, influencia a composição do eleitorado potiguar, formando grandes conglomerados eleitorais.

Em seguida, busca elucidar a influência do quadro político local para o fenômeno observado. Neste quesito, o declínio eleitoral da ex-governadora Wilma de Faria (PSB), as dificuldades de inserção eleitoral do Partido dos Trabalhadores e o rearranjo político entre os grupos clânico-oligárquicos Alves e Maia, que levaram ao êxito eleitoral de Rosalba Ciarlini (DEM) na corrida ao governo do estado, são elencados como elementos explicativos fundamentais.

Após apreciar os elementos do quadro social e político local, o escrito empreende uma comparação, em série histórica, dos resultados eleitorais apresentados pelo conjunto de municípios agrupados na Região Metropolitana de Natal em contraposição ao quadro geral do estado. De posse de tais dados, demonstra que a vitória eleitoral de José Serra na região considerada é resultado da sedimentação de tendências eleitorais diversas apresentadas seja pelo computo geral do RN, seja pelo da RM Natal. Isto é, uma vez que no estado se consolida, em 2010, a hegemonia eleitoral das candidaturas petistas à Presidência da República (em um processo que remonta às duas eleições anteriores), na área de influência da capital, a tendência se inverte a favor das psdbistas.

Por fim, o trabalho enuncia uma série de hipóteses explicativas acerca dos motivos que influenciaram a votação apresentada por Natal e sua Região Metropolitana no pleito estudado.

Modernização Seletiva do RN: concentração econômica, demográfica e eleitoral

A distribuição espacial da população está diretamente condicionada pela forma, extensão e intensidade como a sociedade aproveita os recursos disponíveis no meio ambiente através da organização dos processos de produção, distribuição e consumo de produtos, bens e serviços. O dinamismo dos processos de produção e distribuição da riqueza social resulta em fluxos migratórios de fixação, concentração ou dispersão dos contingentes demográficos. Esses fenômenos sociais explicam em larga medida as configurações geográficas do eleitorado e os diferentes tipos e padrões de

comportamento eleitoral que muitas vezes podem ocorrer concomitantemente em sociedades que adotam a democracia representativa como sistema político através do qual suas classes e grupos dirigentes, organizados em partidos políticos e em coligações partidárias, disputam a conquista e a manutenção da hegemonia e buscam legitimar politicamente seus projetos de sociedade (GRAMSCI, 2000).

A concentração excessiva tanto das atividades econômicas mais dinâmicas e modernas quanto da distribuição populacional é uma característica da modernização seletiva experimentada pelo Rio Grande do Norte. Como não podia deixar de ser, numa configuração reflexa, o eleitorado está igualmente concentrado em torno de um pequeno número dos 167 municípios existentes. As forças societárias mais dinâmicas estão localizadas em dois polos principais: Natal, capital e maior cidade com 804 mil habitantes, e alguns municípios da RMN (Parnamirim – 203 mil habitantes, Macaíba – 70 mil habitantes, São Gonçalo do Amarante – 88 mil habitantes, Ceará-Mirim – 68 mil habitantes, e São José de Mipibu – 40 mil habitantes) e Mossoró, segunda maior cidade com 260 mil habitantes, e alguns municípios vizinhos (Baraúna – 25 mil habitantes, Apodi – 35 mil habitantes, e Caraúbas – 20 mil habitantes). Além disso, destacam-se como centros urbanos de médio e pequeno portes os municípios de Caicó (63 mil habitantes), Currais Novos (43 mil habitantes), na região do Seridó, e de Açu (53 mil habitantes), na região Central, e os municípios de Macau (29 mil habitantes), Guamaré (12 mil habitantes) e Areia Branca (25 mil habitantes), na região do Litoral Norte, os municípios de Nova Cruz (36 mil habitantes) e Santa Cruz (36 mil habitantes), na região Agreste, e os municípios de João Câmara (32 mil habitantes) e Touros (31 mil habitantes), na região do Mato Grande e Litoral Leste (IBGE, Censo 2010).

Figuras 1 e 2 – Localização territorial da RM Natal no Estado e Municípios componentes



A região Nordeste experimentou intenso processo de modernização seletiva e transformação da sua estrutura socioeconômica a partir dos anos 1960, com a integração de reduzido número de polos urbanos e rurais às cadeias produtivas e aos centros dinâmicos da economia capitalista no Brasil. A modernização capitalista seletiva cria uma estrutura social que exclui parcelas expressivas da população do mercado de trabalho, condenando-as a condições de sobrevivência em situação de pobreza intensa e generalizada pela impossibilidade de obtenção de renda e trabalho que assegure padrões minimamente dignos de consumo e de existência social nos municípios de origem. Essa realidade gera tendências de deslocamento de grandes contingentes populacionais e fluxos migratórios internos e externos à região nordestina. O polo de atração são os grandes centros urbanos que aparecem como possibilidade de inserção produtiva e sobrevivência social. No Rio Grande do Norte, a região metropolitana de Natal e a região de Mossoró constituem os polos de atração e fixação das populações que migram das pequenas cidades situadas no semiárido, que experimentam rápido e desordenado crescimento urbano, especialmente nos bairros periféricos que são destituídos de infraestrutura de equipamentos urbanos e são precariamente atendidos pelas políticas públicas (UFRN, 2010).

Os setores modernos da economia norte-rio-grandense estão integrados aos circuitos de produção e circulação capitalistas nacionais e mundiais, havendo proeminência econômica da indústria extrativa de petróleo e gás natural, acompanhada pela fruticultura irrigada, carcinicultura, indústria extrativa de minerais não metálicos, indústria têxtil e de confecção, atividades turísticas, construção civil, alimentação e

serviços urbanos. A maior parte do seu território está situada no semiárido e abriga arranjos produtivos locais, vinculados à economia tradicional e com baixa integração à economia nacional e internacional, dedicados à produção e beneficiamento da castanha do caju, aos produtos cerâmicos, à ovinocaprinocultura, à apicultura, à aquicultura e ao artesanato, além das atividades agrícolas e pecuárias tradicionais desenvolvidas pela pequena propriedade familiar (UFRN, 2010).

A economia do Rio Grande do Norte depende muito dos gastos públicos, pois a participação da administração, saúde e educação públicas e seguridade social atingiu 25,81% do valor agregado bruto em 2006, representa mais que o dobro do comércio, segunda atividade mais importante, com participação de 12,73%.

Entre as atividades industriais, a indústria extrativa mineral (10,17%) tem a contribuição mais significativa, seguida da indústria de transformação (6,97%), construção civil (5,78%) e produção e distribuição de energia elétrica, gás, água e saneamento básico - SIUP - (2,56%). No setor primário, a pecuária e pesca (3,50%) suplantaram a importância da agricultura (2,86%), enquanto entre os demais serviços destacaram-se as atividades imobiliárias (8,29%), transporte, armazenagem e correio (3,73%), intermediação financeira (3,68%), serviços de informação (3,05%), serviços prestados às empresas (3,00%) e alojamento e alimentação (2,50%) (APOLINÁRIA, 2009, p.10).

A transformação da economia foi acompanhada do aumento da concentração espacial da produção da riqueza. Caso seja observado o quadro abaixo, elaborado por Apolinária (et. al., 2009), é possível notar que a contribuição agregada para o PIB estadual de 139 municípios (faixas 1, 2 e 3, conforme o estudo) era de apenas 20,36%. Os mesmos abrigavam 35,56% da população em 65,95% da área do estado em 2007.

Tabela 1 – Distribuição do PIB, População e área entre os municípios do RN - 2006

FAIXAS	PARTICIPAÇÃO NO PIB %				PIB PER CAPITA (RS)	Nº DE MUNICI- PIOS	MÉDIA POPUL. (Nº HAB.)	PART. NO TOTAL DA POP. %	ÁREA MÉDIA (KM²)	PART. ÁREA (%)
	LIMITE		DO GRUPO	ACUMU- LADA						
	INF.	SUP.								
1	0,039	0,098	3,95	3,95	1.731	58	4.212	8,11	153	16,62
2	0,100	0,194	6,98	10,93	1.805	50	8.281	13,74	283	26,59
3	0,201	0,492	9,43	20,36	2.440	31	13.355	13,73	391	22,74
4	0,502	0,913	9,74	30,10	3.140	15	22.154	11,02	608	17,01
5	1,037	1,609	6,32	36,42	3.020	5	44.862	7,44	892	8,37
6	2,010	2,923	12,06	48,50	6.333	5	40.783	6,77	431	4,05
7	5,884		5,88	54,39	3.649	1	172.723	5,73	127	0,52
8	10,619		10,62	65,00	4.853	1	234.392	7,78	2.109	3,95
9	35,011		35,01	100,00	4.844	1	774.205	25,69	170	0,32

Fonte: CONAC/DPE/PIB Contagem da População 2007/IBGE. Elaboração Apolinária et. al.

Quadro 1 - Distribuição do PIB, população e área entre os municípios do RN - 2006

Fonte: Apolinária (2009)

São 25 os municípios de porte médio e pequeno (faixas 4, 5 e 6) que contribuem com 28,12% do PIB estadual, com 25,23% da população, em 29,43% da área estadual. Dos cinco municípios da faixa 6, “dois estão localizados na região metropolitana de Natal (São Gonçalo do Amarante e Macaíba) e os outros três pertencem à Zona Litoral Norte (Areia Branca, Macau e Guamaré)” (Apolinária, 2009, p. 14).

Nas faixas 7, 8 e 9, estão os maiores municípios potiguares: Parnamirim, Mossoró e Natal. Parnamirim, terceiro mais populoso, concentrava 5,88% do PIB estadual, em 0,52% de sua área. Mossoró, conforme os dados supracitados, é o município mais extenso com 3,95% da área total do estado e o segundo mais populoso, com participação no PIB estadual de 10,62%. E Natal, a capital do estado, possui um quarto da população e contribui com 35,01% do PIB estadual em apenas 0,32% do território do Rio Grande do Norte. Esses três municípios concentravam, conforme os dados de Apolinária (et. al., 2009), 52,52% do PIB estadual, 39,19% da população em apenas 4,77% de sua área.

A figura abaixo mostra a distribuição espacial altamente concentrada da participação dos municípios na produção da riqueza do Rio Grande do Norte:

Figura 3 – Distribuição do PIB entre os municípios do RN

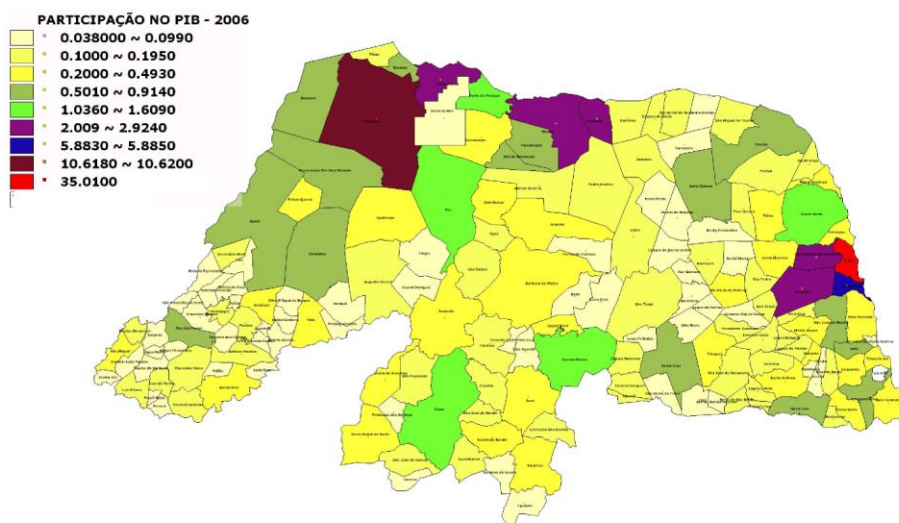


Figura 1 - Distribuição do PIB entre os municípios do Rio Grande do Norte - 2006

Fonte: Apolinária et. al. Nota Técnica - Análise do Balanço de Pagamentos do Estado e a Importância dos APLs no Fluxo de Comércio. Rio Grande do Norte, 2009.

O eleitorado potiguar está concentrado em um número relativamente muito pequeno de municípios, com destaque para Natal³, que possui cerca de 1/4 (23,35%) dos eleitores. Em razão da macrocefalia representada por Natal e sua região metropolitana, mais de 1/3 (34,75%) do eleitorado está localizado nos seus 9 municípios - Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Macaíba, São José de Mipibu, Monte Alegre, Nísia Floresta e Extremoz. Essa concentração fica evidente também quando consideramos as três maiores e mais populosas cidades: Natal, Mossoró e Parnamirim possuem juntas 34,72% do eleitorado. Os municípios que compõem a RM Natal e a “aglomeração urbana” de Mossoró (Açu, Areia Branca, Apodi, Baraúna, Caraúbas, Governador Dix-Set Rosado, Grossos), por sua proximidade e influência, concentram 47,82% dos eleitores norte-rio-grandenses. Esse fenômeno pode ser observado com outras modalidades de recortes empíricos. As 12 maiores cidades (Natal, Mossoró, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Caicó, Açu, Currais

³ A realidade da concentração eleitoral não é um fato isolado de Natal, capital do Rio Grande do Norte, que possui 23,345 % (524.497) do eleitorado potiguar. Por exemplo, há casos que são mais próximos à realidade de Natal: Fortaleza, com 26,502% (1.558.731) do eleitorado cearense; Maceió, com 26,487% (538.835) do eleitorado alagoano; Aracaju, com 26,518% (378.146) do eleitorado sergipano; e Teresina, com 22,881% (517.989) do eleitorado piauiense. As demais capitais apresenta situação semelhante: Recife, com 18,265% (1.143.364) do eleitorado pernambucano; Salvador, com 19,191% (1.832.878) do eleitorado baiano; e João Pessoa, com 17,068% (467.665) do eleitorado paraibano (TSE, dados referentes a outubro de 2010).

Novos, Nova Cruz, Apodi, Santa Cruz) possuem metade (50,24%) do eleitorado. As 36 cidades que possuem colégios eleitorais acima de 11 mil eleitores reúnem mais de 2/3 (67,53%) do eleitorado.

Por fim, a correlação entre a concentração econômica, demográfica e eleitoral fica demonstrada quando vemos a participação relativa dos 40 (23,95%) municípios do Rio Grande do Norte num total de 85,49% do Produto Interno Bruto estadual em 2008, de 73,94% da população e de 69,37% do eleitorado, conforme os quadros comparativos abaixo:

Tabela 2, 3 e 4 – Participação no PIB, População e Eleitorado

Natal	33,97
Mossoró	11,87
Parnamirim	6,49
Guamaré	5,02
São Gonçalo do Amarante	2,59
Macaíba	2,39
Areia Branca	1,91
Macau	1,83
Caicó	1,56
Extremoz	1,45
Açu	1,23
Ceará-Mirim	1,14
Apodi	0,99
Currais Novos	0,95
Alto do Rodrigues	0,86
São José de Mipibu	0,77
Porto do Mangue	0,66
Caraúbas	0,66
Pau dos Ferros	0,63
Nova Cruz	0,59
Touros	0,56
Santa Cruz	0,56
Pendências	0,53
Gov. Dix-Sept Rosado	0,51
Canguaretama	0,49
João Câmara	0,48
Grossos	0,45
Arês	0,44
Baraúna	0,43
Goianinha	0,43
Nísia Floresta	0,42
Baía Formosa	0,39
Parelhas	0,38
São Miguel	0,34
Santo Antônio	0,32
Jucurutu	0,32
Monte Alegre	0,32
Upanema	0,30
Felipe Guerra	0,25
Tibau do Sul	0,25
TOTAL	85,49

Participação relativa de 40 municípios no PIB /RN em 2008 – PIB dos Municípios 2004-2008, IBGE.

Natal	25,37
Mossoró	8,20
Parnamirim	6,39
São Gonçalo do Amarante	2,77
Macaíba	2,19
Ceará-Mirim	2,14
Caicó	1,98
Açu	1,68
Currais Novos	1,35
São José de Mipibu	1,26
Santa Cruz	1,13
Nova Cruz	1,12
Apodi	1,10
João Câmara	1,02
Touros	0,98
Canguaretama	0,98
Macau	0,91
Pau dos Ferros	0,88
Areia Branca	0,80
Extremoz	0,77
Baraúna	0,76
Nísia Floresta	0,75
Goianinha	0,71
Santo Antônio	0,70
São Miguel	0,70
Monte Alegre	0,65
Parelhas	0,64
Caraúbas	0,62
Jucurutu	0,56
São Paulo do Potengi	0,50
Tangará	0,45
Pedro Velho	0,45
Lagoa Nova	0,44
Poço Branco	0,44
Ipanguaçu	0,44
Santana do Matos	0,44
Jardim de Piranhas	0,43
Alexandria	0,43
Pendências	0,42
Upanema	0,41
TOTAL	73,94

População relativa de 40 municípios com maior população no Rio Grande do Norte - Censo 2010, IBGE

Natal	23,35
Mossoró	7,08
Parnamirim	4,29
São Gonçalo do Amarante	2,67
Ceará-Mirim	2,14
Macaíba	2,00
Caicó	1,95
Açu	1,73
Currais Novos	1,45
Nova Cruz	1,26
Apodi	1,21
Santa Cruz	1,11
João Câmara	1,07
São José de Mipibu	1,05
Canguaretama	1,01
Touros	0,95
Pau dos Ferros	0,85
Macau	0,83
Areia Branca	0,83
São Miguel	0,80
Santo Antônio	0,78
Goianinha	0,75
Parelhas	0,72
Baraúna	0,71
Caraúbas	0,69
Jucurutu	0,68
Monte Alegre	0,67
Nísia Floresta	0,63
Extremoz	0,62
São Paulo do Potengi	0,59
Pedro Velho	0,53
Santana do Matos	0,52
Tangará	0,51
Ipanguaçu	0,50
Lagoa Nova	0,50
Gov. Dix-Sept Rosado	0,49
Pendências	0,47
Jardim de Piranhas	0,46
Guamaré	0,46
Jardim do Seridó	0,46
TOTAL	69,37

Participação relativa de 40 municípios no eleitorado do RN em 2010 – TRE/RN.

Há uma sobreposição quase absoluta dos municípios, em escala decrescente, nos quadros da participação relativos dos 40 municípios na produção econômica, na população e no eleitorado. A grande maioria desses municípios, com realce em cor amarela, participa simultaneamente entre os maiores produtores de riqueza, os mais populosos e os maiores colégios eleitorais. Em outras situações, com realce em cor verde,

é também expressiva a participação em posição destacada de vários municípios entre duas das variáveis consideradas. As exceções ocorrem, sobretudo, entre os municípios mais ricos e devem-se à posição relevante que ocupam na produção e extração do petróleo e gás, e nos arranjos produtivos locais da carcinicultura, da fruticultura irrigada e do turismo, como são os casos de Guamaré, Alto do Rodrigues, Porto do Mangue, Arês, Baía Formosa, Governador Dix-Sept Rosado, Upanema, Felipe Guerra e Tibau do Sul.

Levando em consideração o quadro de concentração socioeconômica e eleitoral do Rio Grande do Norte, bem como observando a centralidade da Região Metropolitana de Natal neste panorama, a análise pode tornar à questão central que suscita o presente escrito: as discrepâncias entre os resultados eleitorais apresentados pelo estado e por sua principal região no segundo turno da eleição presidencial de 2010. Em tal intuito, a análise das disputas internas ao plano político-eleitoral do estado se constitui em um elemento explicativo fundamental, tendo em vista a incidência das tendências locais na disputa presidencial.

Quadro Político Estadual: situação e alianças entre forças político-partidárias

As eleições presidenciais configuram tendências e preferências eleitorais nacionais que sofrem os efeitos da mediação do quadro político estadual, em razão do nível de organização e mobilização dos partidos políticos e das lideranças políticas estaduais em relação aos principais candidatos em disputa. No sistema político brasileiro, que também é composto por sistemas políticos relativamente autônomos nas subunidades nacionais federadas (LIMA JÚNIOR, 1983), a refração das tendências nacionais e os resultados eleitorais dependem da situação e trajetória ascendente ou descendente das principais forças políticas e das forças políticas auxiliares que lutam principalmente entre si mesmas, na ausência de forças e movimentos contra-hegemônicos com fortes bases sociais, pela direção do bloco hegemônico.

O desenvolvimento capitalista brasileiro seguiu uma lógica histórica tardia em relação aos países capitalistas centrais. Houve, durante muitas décadas do século XX, o predomínio incontestado da sociedade política sobre a sociedade civil, cujo fortalecimento também foi muito lento e tardio. Somente depois do expressivo desenvolvimento capitalista e intenso processo de urbanização, ocorrido a partir do governo Kubitschek e, em especial, durante o regime militar, surgiu uma sociedade civil diversificada e

complexa, criando um novo equilíbrio nas relações entre a sociedade política e a sociedade civil na composição do Estado ampliado brasileiro (GRAMSCI, 2000; COUTINHO, 1999). Isso ocorreu, sobretudo, nas unidades federativas mais desenvolvidas que atuam como polos dinâmicos da modernização capitalista, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Esse fenômeno não foi homogêneo na sociedade brasileira. Nas regiões periféricas, como as unidades federativas nordestinas, com exceção de alguns estados com tradição histórica de grandes lutas e movimentos sociais, caso de Pernambuco, continuou a imperar uma forte assimetria entre a sociedade política e a sociedade civil, com a centralidade da sociedade política.

Essa relação assimétrica entre um Estado forte e hipertrofiado e uma sociedade civil frágil e gelatinosa produziram um deslocamento das lutas e conflitos da sociedade civil para o interior do Estado no sentido estrito, que desempenha o papel de centro impulsionador de mudanças políticas e socioeconômicas. Com isso, as disputas políticas entre os diferentes segmentos das classes dominantes são concentradas na luta pelo controle dos aparatos governamentais e da burocracia do Estado brasileiro, que se torna o palco privilegiado dos conflitos e das contradições em torno do acesso aos fundos públicos, da definição de políticas públicas e da distribuição da riqueza social produzida. Esse cenário sociopolítico é muito apropriado para a reprodução da tradição patrimonialista nas relações entre o Estado e a sociedade civil na sociedade brasileira (EVANGELISTA, 2006b, p.4).

As transformações ocorridas na sociedade brasileira como consequência necessária da modernização capitalista tomou a forma de revolução passiva, com a generalização da prática política do transformismo pelas classes e seus grupos político-partidários dominantes. No Brasil, as contradições sociais e os conflitos políticos engendrados no processo histórico são sempre adiados e nunca são superados; ao contrário, as posições que representam o velho e o novo e o moderno e o arcaico encontram numa monótona reiteração em formas heteróclitas de combinação e acomodação. A “conciliação pelo alto” entre os grupos políticos dominantes e a incorporação e cooptação transformistas dos grupos subalternos e dos movimentos potencialmente transformadores são estratégias complementares que predominam nos momentos históricos decisivos (COUTINHO, 1988; GRAMSCI, 2002; VIANNA, 1997). Assim, o bloco hegemônico é composto por grupos político-partidários que podem se

reversar no governo e na oposição e disputar nos processos eleitorais a condição de grupo político governante. A hegemonia é exercida por diversos grupos e alianças político-partidários que objetivam o controle do governo nos diferentes níveis. Não há diferenças substanciais de visão de mundo entre esses diferentes grupos político-partidários que constituem o bloco hegemônico. A hegemonia é compartilhada e exercida por esses diversos grupos político-partidários, que tanto podem ser adversários como aliados políticos nas eleições realizadas em diferentes momentos e processos eleitorais.

A política norte-rio-grandense possui uma longa tradição histórica de bipolarização entre duas grandes lideranças e seus respectivos grupos políticos que competem para dirigir a sociedade e comandar o governo e o aparelho de Estado em aliança com lideranças políticas secundárias ou auxiliares. Nos anos 1960 e 1970, as disputas políticas ocorriam entre o dinartismo, liderado por Dinarte Mariz, e o aluizismo, comandado por Aluizio Alves, abrigados no início em facções dentro da antiga ARENA – “ARENA Vermelha” e “ARENA Verde” e, depois, no PDS e no MDB, respectivamente. Nos anos 1980 e 1990, a competição se dava entre o maismo, liderado por Tarcísio Maia, Lavoisier Maia e José Agripino Maia no PDS e, depois, PFL, e o aluizismo, comandado por Aluizio Alves, Henrique Alves e Garibaldi Alves Filho no MDB e, depois, PMDB. Ao longo do tempo, a família Rosado, que comanda tradicionalmente a política em Mossoró, dividiu-se em duas facções políticas que estabelecem alianças com os dois grupos oligárquicos dominantes que ocupam a condição de governo e de oposição (EVANGELISTA, 2006a).

Com a redemocratização do país e a consolidação da democracia eleitoral e do multipartidarismo, as polarizações entre dois blocos político-partidários, que obedecem a uma lógica clânico-oligárquica, incorporaram novos atores políticos e sociais e adquiriram maior complexidade e diversidade. Além disso, os clãs políticos Maia e Alves sofreram divisões internas, com importantes consequências para o rearranjo das forças políticas no cenário estadual. Neste processo, uma “terceira força” surge e consolida-se: a liderança de Wilma de Faria⁴. Contudo, mesmo com sua ascensão, a dinâmica do sistema político estadual manteve-se condicionada pela competição e movimentação, num padrão bipolar, entre três grupos político-partidários principais – José Agripino Maia/DEM, Garibaldi Filho/Henrique Alves/PMDB e a própria Wilma de Faria/PSB –

⁴ Primeiro filiada ao PDT, consolida sua figura pública filiada ao PSB, partido que ajuda a expandir no plano estadual.

que se alternam no comando do aparelho governamental como governo e como oposição e estabelecem entre si alianças pendulares.

O senador José Agripino Maia é filho e herdeiro político do ex-governador Tarcísio Maia (1975-1978), que é indicado de forma indireta para o cargo com o apoio do então senador Dinarte Mariz (ARENA/PDS), de quem havia sido Secretário de Educação em seu governo no período de 1955 a 1960. Nesse início da sua carreira política, Tarcísio Maia elegeu-se deputado federal pela UDN (1959-1963) com atuação pouco expressiva. José Agripino ingressa na política como prefeito de Natal por indicação, em 1979, através do seu primo e também governador indireto Lavoisier Maia (1979-1982). Fazia parte da geração de jovens prefeitos das capitais nordestinas, com formação profissional universitária e perfil tecnocrático, que são indicados para os cargos pelo governo militar num esforço de renovação de suas lideranças no Nordeste. Na prefeitura, constrói sua liderança política promovendo a expansão habitacional e a modernização urbana de Natal, através do incentivo e apoio ao desenvolvimento do turismo e construção de avenidas e conjuntos habitacionais em bairros populares periféricos. Em 1982, na primeira eleição direta para os governos estaduais depois do golpe civil-militar de 1964, candidato pelo PDS, é eleito como governador (1983-1986) após enfrentar e derrotar a mitológica liderança do ex-governador Aluísio Alves (1961-1966).

Depois disso, disputa todas as eleições e torna-se uma das mais importantes lideranças políticas do Rio Grande do Norte. Nas eleições de 1986, é eleito senador; nas eleições de 1990, é eleito governador (1991-1994) pela segunda vez. Nas eleições de 1994 elegeu-se novamente senador e renovou seu mandato senatorial nas eleições de 2002 e 2010. Contudo, foi candidato derrotado a governador nas eleições de 1998, com o apoio do PSB de Wilma de Faria, quando perdeu para Garibaldi Alves Filho, que foi reeleito. Nos últimos anos, tornou-se uma liderança nacional do antigo PFL e do atual DEM, que dirige o bloco liberal-conservador em aliança orgânica com o PSDB e o PPS, com destacada atuação no Congresso Nacional em apoio e sustentação ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e de oposição sistemática ao Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O aluizismo identifica-se com o PMDB no Rio Grande do Norte. Com o passar dos anos, as limitações de saúde trazidas pela idade avançada impõe a transferência da

liderança de Aluizio Alves⁵ para Henrique Alves, seu filho, e Garibaldi Alves Filho, seu sobrinho. Essa liderança compartilhada nem sempre é exercida sem conflitos, provocados por eventuais divergências entre os interesses políticos de Garibaldi e de Henrique, o que leva o PMDB a uma situação de ambiguidade e/ou de paralisia em certos contextos eleitorais. Apesar do desejo e dos esforços de Aluizio Alves, Henrique Alves não consegue chegar a ocupar nenhum cargo executivo. Em 1988, é candidato do PMDB à sucessão de Garibaldi Alves Filho à Prefeitura de Natal, sendo derrotado por Wilma de Faria (que à época ainda era Wilma Maia, pois era esposa de Lavoisier Maia). Em 1992, é candidato, mais uma vez, a prefeito de Natal e perde, no segundo turno, para o desconhecido Aldo Tinoco, apoiado por Wilma de Faria. No segundo mandato como governador de Garibaldi Alves Filho, mais uma vez fracassa a estratégia de capacitar Henrique Alves para disputar com chances de vitória a sucessão estadual em 2002. Em contrapartida, Henrique Alves faz uma trajetória política marcada por votações expressivas na renovação consecutiva do seu mandato de deputado federal desde 1970, sobressaindo-se sempre como um dos deputados federais mais votados na bancada potiguar. Torna-se uma das principais lideranças e articuladores políticos do PMDB na Câmara dos Deputados.

Por sua vez, a trajetória política de Garibaldi Alves Filho inicia com sua eleição para a Assembleia Legislativa em 1970 pelo antigo MDB. Depois de quatro mandatos como um dos deputados estaduais mais votados, Garibaldi Filho enfrenta e derrota Wilma de Faria – à época Wilma Maia -, representante do grupo Maia, sendo eleito prefeito de Natal em 1985, na primeira eleição direta para as capitais brasileiras depois do golpe militar de 1964. Nestas eleições, o grupo Alves recupera seu prestígio e força política, depois da estonteante derrota sofrida por Aluizio Alves, pelo PMDB, no confronto com o jovem José Agripino Maia, pelo PDS, nas eleições para governador em 1982. Depois do mandato de prefeito da capital, é eleito senador em 1990 e em 1994 é eleito no primeiro turno como governador do Rio Grande do Norte, com 52,7% dos votos, derrotando Lavoisier Maia (PDT), 38,7% dos votos, que tem o apoio de José Agripino (PFL). Em 1998, é reeleito governador com 50,2% dos votos no primeiro turno e vence José Agripino (PFL) que obtém 41,3% dos votos. Deixa o governo para concorrer e ser eleitor ao senado nas eleições de 2002.

⁵ Aluizio Alves teve seus problemas de saúde agravados e morreu em 06 de maio de 2006.

Amarga sua primeira derrota eleitoral ao perder, no segundo turno, as eleições para o governo estadual em 2006 para Wilma de Faria, reeleita governadora do Rio Grande do Norte⁶. Apesar de derrotado, Garibaldi Filho confirma sua liderança política com vitória eleitoral nas maiores cidades da RMN: perde em Natal (1º turno: 43,3%, 2º turno: 47,5%) mas vence em Parnamirim (1º turno: 54,1%, 2º turno: 56,6%), em São Gonçalo do Amarante (1º turno: 52,8%, 2º turno: 54,7%) e em Macaíba (1º turno: 56,3%, 2º turno: 57,9%). Em 2010, em aliança com José Agripino, com a estratégia do “voto casado”, é reeleito como o senador mais votado (TSE).

Wilma de Faria lidera, no PSB, o terceiro grande grupo político-partidário estadual. Trata-se de um caso típico de renovação política transformista num contexto de dominação clânico-oligárquica, em que uma liderança com origem no grupo Maia, que surgiu como base de apoio ao regime militar, opera uma transmutação ao migrar para partidos políticos que nacionalmente se situam no espectro de centro-esquerda e de esquerda. Ao mesmo tempo, atua com um discurso de esquerda e reproduz práticas e valores políticos conservadores tradicionais – como, por exemplo, o personalismo, o familismo, o clientelismo e o assistencialismo⁷ –, ocupando o espaço político da esquerda local.

Seu ingresso na política decorre dos seus vínculos familiares com o grupo Maia, na condição de esposa do governador indireto Lavoisier Maia⁸, organizando as ações de assistência social do governo estadual. No governo de José Agripino, eleito em 1982, assume a Secretaria de Trabalho e Ação Social, dando continuidade ao assistencialismo oficial com grande foco em Natal. Suas relações com as comunidades dos novos conjuntos habitacionais nos bairros periféricos foram suas credenciais para concorrer à Prefeitura de Natal nas eleições de 1985, perdendo para Garibaldi Alves Filho (PMDB), que representava um amplo arco de aliança de forças democráticas e populares. Eleita para o Congresso Constituinte, em 1986, tem destacada por se aproxima da agenda e das

⁶ Para uma análise das eleições de 2006, ver Spinelli (2010).

⁷ Há, inclusive, graves acusações de práticas de corrupção, com a investigação da Polícia Federal, na Operação Hígia, sobre o envolvimento do advogado Lauro Maia, filho da ex-governadora Wilma de Faria (PSB) e do deputado estadual Lavoisier Maia (PSB). Ele é acusado de tráfico de influência na Secretaria Estadual de Saúde. Em junho de 2008, chegou a ser preso, juntamente com outros 12 investigados, pela Polícia Federal (HÍGIA, Nominuto - <http://www.nominuto.com/noticias/politica/higia-lauro-diz-que-acusacoes-sao-tentativa-de-atingir-wilma-de-faria/52203>). A Operação Hígia apura fraudes em licitações e contratos superfaturados na Secretaria Estadual da Saúde, durante o governo de Wilma. Suspeita-se também que esse seria um dos mecanismos de financiamento ilegal de campanha do grupo política da ex-governadora Wilma de Faria.

⁸ Foi o último governador indicado, nomeado em 1978, durante o regime militar.

propostas defendidas pela esquerda. Depois disso, apropria-se da legenda do PDT, forçando a saída de militantes trabalhistas históricos, sendo eleita prefeita de Natal em 1988 ao derrotar a candidatura de Henrique Alves (PMDB), numa aliança com José Agripino (PFL), que tem Ney Lopes (PDS) como vice-prefeito. Depois disso, troca novamente de filiação partidária e passa a controlar o PSB, mais uma vez tomando para suas mãos uma legenda de esquerda de militantes socialistas.

Como uma liderança emergente, elege como prefeito de Natal Aldo Tinoco (PSB), seu colaborador no secretariado municipal, em 1992, derrotando no segundo turno Henrique Alves (PMDB), que pretendia ser o principal herdeiro do aluizismo. Rompe com Aldo Tinoco e candidata-se novamente à eleição para Prefeitura de Natal em 1996, com o apoio de José Agripino. Nessas eleições enfrenta com sucesso a surpreendente candidatura da então deputada estadual Fátima Bezerra (PT) no segundo turno, numa campanha histórica disputadíssima – Wilma de Faria (PSB), com 51,7% dos votos e Fátima Bezerra (PT), com 48,3% dos votos –, que transformou, pela primeira vez, o PT na principal força competitiva da esquerda na política local (TSE, 1996). Em 2000, com o apoio do governador Garibaldi Alves (PMDB), candidata-se e é reeleita como prefeita de Natal com 57,7% dos votos, enfrentando Fátima Bezerra (PT) – 29,4% dos votos – e Sonali Rosado (PFL), candidata de José Agripino, que obteve apenas 11,0% (TSE, 2000). Renuncia à prefeitura, sendo substituída pelo vice-prefeito Carlos Eduardo Alves (PSB), para concorrer às eleições para governador em 2002⁹. No segundo turno, vence o candidato Fernando Freire (PMDB), vice-governador apoiado por Garibaldi Filho, tendo o apoio de José Agripino (PFL) e do PT: Wilma de Faria obteve 61,05% e Fernando Freire alcançou 38,95% dos votos.

Em 2006, numa eleição muito disputada, Wilma de Faria enfrenta e vence a forte liderança de Garibaldi Filho. No primeiro turno, a então candidata postulante à reeleição consegue 49,6% e Garibaldi, 48,6% dos votos; no segundo turno, vence a eleição com uma pequena ampliação da sua maioria eleitoral - alcançando 52,38%, contra 47,62% de seu opositor. Nessas eleições, Wilma de Faria (PSB) é reeleita governadora, em aliança com o PT, derrotando Garibaldi Filho (PMDB), que está aliado a José Agripino (PFL). Contudo, é importante observar que no auge da sua trajetória política, quando é reeleita

⁹ Nas eleições de 2002, no primeiro turno, Wilma de Faria (PSB) foi a mais votada com 37,6% dos votos, seguida por Fernando Freire (PMDB) com 30,9% dos votos e, em terceiro lugar, por Fernando Bezerra (PTB) com 19,9% dos votos (TSE, 2002).

governadora do Rio Grande do Norte em 2006, surgem sinais de declínio da sua liderança política em Natal e na RMN. O seu desafiante, Garibaldi Filho, ganha nos dois turnos da eleição na região metropolitana, enquanto Wilma de Faria ganha somente em Natal, mesmo assim com uma diferença relativa que diminui no segundo turno¹⁰. Além disso, nessa eleição, o candidato apoiado por Wilma de Faria ao senado que tenta a reeleição, Fernando Bezerra (PTB), é derrotado em Natal por Rosalba Ciarlini Rosado (PFL), ex-prefeita de Mossoró, candidata apoiada por Garibaldi Filho e José Agripino¹¹. Finalmente, em 2010, renuncia ao governo do Estado para candidatar-se sem sucesso ao senado, sendo derrotada com a reeleição dos mandatos senatoriais de Garibaldi Filho (PMDB) e de José Agripino (DEM), que se mantiveram aliados nas últimas disputas políticas locais.

Ao lado desses três principais conglomerados político-partidários, há grupos auxiliares, que estabelecem alianças com os grupos político-partidários principais em arranjos diferentes em cada processo eleitoral. Dentre estas forças políticas, destaca-se a família Rosado, com base eleitoral em Mossoró e cidades circunvizinhas da região Oeste, que ocupa continuamente 2 vagas (25%) da representação política potiguar na Câmara dos Deputados há mais de 50 anos, sendo constituída por duas facções da família Rosado, hoje abrigadas no DEM e no PSB. Destaca-se, também, algumas lideranças emergentes, como o vice-governador recém-eleito Robinson Faria, que controlava o PMN e recentemente passou a comandar o PSD no Rio Grande do Norte, possuindo base eleitoral concentrada na RMN e na região Agreste; o deputado federal João Maia, que controla o PR, tendo base eleitoral principalmente na RMN e região do Seridó; o ex-prefeito Carlos Eduardo Alves, atualmente no comando do PDT, com forte presença eleitoral em Natal e também em algumas cidades da RMN; e o deputado federal Rogério Marinho, que controla atualmente o PSDB, e tem sua principal base eleitoral na RMN. As lideranças intermediárias precisam ter o controle de máquinas partidárias de pequenos

¹⁰ O resultado eleitoral, em 2006, foi o seguinte em termos relativos da preferência dos eleitores. No primeiro turno: Natal – Wilma 52,3% e Garibaldi 43,3%; Parnamirim – Wilma 42,4% e Garibaldi 54,1%; São Gonçalo do Amarante – Wilma 44,9% e Garibaldi 52,8%; e Macaíba – Wilma 42,4% e Garibaldi 56,3%. No segundo turno: Natal – Wilma 52,4% e Garibaldi 47,5%; Parnamirim – Wilma 43,3% e Garibaldi 56,6%; São Gonçalo do Amarante – Wilma 45,3% e Garibaldi 54,7%; e Macaíba – Wilma 42,0% e Garibaldi 57,9% (TSE, 2006).

¹¹ No Rio Grande do Norte, numa eleição com três candidatos competitivos, a ex-prefeita de Mossoró Rosalba Ciarlini (PFL) obteve 44,18% dos votos; o senador Fernando Bezerra (PTB), 43,42% dos votos; e o ex-governador Geraldo Melo (PSDB), 10,64% dos votos. Em Natal, foi esse o resultado eleitoral: Rosalba Ciarlini com 41,99% dos votos, Fernando Bezerra com 40,28% dos votos e Geraldo Melo com 12,98% dos votos (TSE, 2006).

e médios partidos como forma de assegurar um mínimo de autonomia para aumentar seu poder de barganha nas alianças com os grupos político-partidários principais, como são o caso, por exemplo, de Robinson Faria com o PMN e o PSD, de João Maia com o PR e de Carlos Eduardo com o PDT. Essas lideranças políticas não podem abrir mão de ter o controle das máquinas partidárias, para viabilizar seus projetos políticos pessoais.

Na esquerda, o PT e PCdoB são duas forças político-partidárias com maior expressão eleitoral, que deram sustentação ao projeto político de Wilma de Faria (PSB) durante seus mandatos enquanto governadora do estado.

O PT representa o maior partido da esquerda potiguar, apesar da persistente dificuldade para ampliar sua base eleitoral e superar o trauma de origem de luta interna entre lideranças de correntes-partidos que paralisam a ação partidária e impedem o surgimento de um projeto político alternativo para a sociedade norte-rio-grandense. O PT local não consegue seguir a trajetória do PT nacional de transformar-se em partido de massas com vocação para chegar ao poder e dirigir a sociedade. Na ausência de um projeto político partidário, predominam os interesses e os projetos políticos das lideranças dos grupos políticos internos, numa aproximação da lógica geral de prevalência dos interesses de ascensão e sobrevivência política de lideranças individuais nos partidos políticos brasileiros. Mesmo assim, o PT tem mantido uma representação política mínima na Assembleia Legislativa¹² e na Câmara dos Deputados.

Na trajetória petista, destaca-se a liderança da deputada federal Fátima Bezerra, que foi candidata sem sucesso à Prefeitura de Natal em quatro eleições consecutivas – de 1996 a 2008 – e tem demonstrado grande desempenho nas eleições para a Câmara dos Deputados, sendo reconduzida para seu terceiro mandato como a deputada federal mais votada, com 220.335 votos, em 2010 (TSE, 2010). Apesar de contradição aparente, as derrotas eleitorais em Natal criam condições sinérgicas para a consolidação da imagem pública e da liderança de Fátima Bezerra, que tem destacada atuação parlamentar na Câmara dos Deputados¹³.

¹² A eleição de 2002 constituiu uma exceção a isso, pois o PT elegeu dois deputados estaduais: Paulo Davim e Fernando Mineiro (TSE, 2002).

¹³ Em 1996, em seu melhor desempenho eleitoral para a Prefeitura de Natal, numa eleição muito competitiva: Wilma de Faria (PSB) obteve 35,79% dos votos, seguida por Fátima Bezerra (PT) com 28,88% dos votos e João Faustino (PSDB) com 25,69% dos votos; no segundo turno, Wilma de Faria vence a eleição com 51,68% dos votos contra 48,32% de votos para Fátima Bezerra (TSE, 1996). Em 2000, perde novamente para Wilma de Faria, agora no primeiro turno, alcançando 29,3% dos votos e ficando na segunda colocação. Em 2004, em seu pior desempenho eleitoral, fica em quarto lugar com apenas 7,4%, numa eleição em que Carlos Eduardo Alves (PSB) vence Luiz Almir (PSDB) no segundo

Nas últimas eleições municipais de 2008, o PT elegeu 04 prefeitos (Antônio Martins, Ipanguaçu, Janduís e Parelhas) e 51 vereadores (6 em Antônio Martins, 5 em Janduís, 2 em Florânia, 2 em Lages, 2 em Serra do Mel, 1 em São Gonçalo do Amarante, 1 em Currais Novos, 1 em Santa Cruz, 1 em Pendências, 1 em Parelhas, 1 em Caraúbas). Enquanto isso, o PCdoB elegeu 19 vereadores 2008 (1 em Natal, 2 em Apodi, 1 em Caicó, 1 em Grossos, 1 em Jucurutu). Esses números indicam a ainda frágil inserção política da esquerda nos principais municípios norte-rio-grandenses, além da perda de uma representação política, até então mais ou menos estável, do PT na capital do Estado (TSE, 2008).

O PPS, sob a liderança do ex-deputado estadual Wober Júnior, não alcançou importância eleitoral e gravitou, ao longo do tempo, em torno dos governos de Garibaldi Filho/PMDB e de Wilma de Faria/PSB, replicando muito pouco sua aliança nacional com o PSDB e o DEM. Surgiu, também no Rio Grande do Norte, com o ocaso do antigo PCB, que foi uma força política historicamente representativa e, durante o regime militar, exercia influência política junto ao movimento sindical e outros movimentos sociais, chegando a eleger vereadores na capital e no interior e um deputado estadual sob a sigla do PMDB.

Por fim, o quadro político se completa com a presença dos chamados partidos “nanicos” – como PTC, PSDC, PSC, PTN, etc - que, também, não conseguem captar o voto dos eleitores¹⁴, mas são peças recorrentes nas alianças dos grandes grupos político-partidários, sobretudo com o objetivo de ampliar o tempo de propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Para a maioria dessas forças político-partidárias, é vital para sua sobrevivência a participação em algum nível de governo em quaisquer das unidades do sistema federativo (município, governo estadual e/ou governo federal).

Essa visão panorâmica do cenário político estadual, com a apresentação dos seus grupos político-partidários constitutivos, também evidencia que as principais lideranças políticas ocupam o lugar de protagonismo no posicionamento e na articulação das

turno. E, finalmente, na última eleição municipal em 2008, finalizada no primeiro turno, Fátima Bezerra, com o apoio de Wilma de Faria (PSB), Garibaldi Filho e Henrique Alves (PMDB), atinge 36,8% dos votos e perde para Mícarla de Sousa, que alcança 50,8% dos votos, com o apoio do senador José Agripino (DEM), da senadora Rosalba Ciarlini (DEM), do deputado federal João Maia (PR) e do deputado federal Rogério Marinho (PSDB) e do deputado estadual Robinson Faria (PMN).

¹⁴ A única exceção a isso foi a surpreendente votação que o candidato Miguel Mossoró (PTC) obteve 18,2% dos votos para a prefeitura de Natal em 2006, quando foi o candidato com a terceira melhor votação, conseguindo mais votos do que a deputada federal Fátima Bezerra (PT), com 7,4% dos votos, em sua terceira tentativa consecutiva frustrada de conquistar a prefeitura de Natal (TSE).

coligações eleitorais há mais de 40 anos. Ingressam na política na década de 1970 e 1980. Para evitar o esgotamento histórico desse sistema político clânico-oligárquico, nos processos eleitorais mais recentes há evidências de uma tentativa de renovação dos principais grupos político-partidários através da entrada em cena de novos personagens do sempre igual enredo político.

Os partidos políticos brasileiros possuem algumas características que lhes são peculiares. A grande maioria dos nossos partidos políticos não dispõe de uma burocracia profissional que é indispensável para a disputa e a conquista de votos numa democracia eleitoral em ampliação constante (SANTOS, 2003). Isso requer que se estabeleçam vínculos de confiança e dependência mútuas entre os líderes e a máquina partidária nas sociedades modernas (WEBER, 1999), com a captação dos recursos materiais necessários às campanhas eleitorais que são cada vez mais dispendiosas. Diante da inexistência dessas condições, são criados partidos que são máquinas políticas sob o comando pessoal de lideranças políticas, cujas relações de confiança estão baseadas e dependem de laços familiares ou laços afetivos de lealdade e gratidão para assegurar o segredo imprescindível na relação com as fontes de financiamento das campanhas e na ocupação de cargos e distribuição de recursos políticos provenientes do exercício do poder.

O sistema político estadual apresenta sinais de mais um ciclo de renovação com o surgimento de novas lideranças, num processo que reproduz a lógica clânico-oligárquico dominante. Assim, destaca-se o fenômeno do “filhotismo” político com o advento na cena política de uma nova geração de herdeiros familiares dos diversos grupos político-partidários. Esse processo é conduzido pelas atuais principais lideranças estaduais que já foram, quase em sua totalidade, frutos dessa renovação clânico-oligárquica algumas décadas atrás. Os principais grupos político-partidários cuidam agora de assegurar a iniciação política de seus descendentes que irão dar continuidade aos respectivos interesses políticos. Em 2002, Wilma de Faria elege sua filha, Márcia Maia, para seu primeiro mandato como deputada estadual. Esse processo se intensifica em 2006 com a eleição do deputado federal Felipe Maia, filho de José Agripino Maia (DEM), do deputado federal Fábio Faria, filho do atual vice-governador Robinson Faria (PMN) e do deputado estadual Walter Alves, filho de Garibaldi Alves Filho (PMDB).

A renovação clânico-oligárquica ganha maior densidade pela relevância dos cargos conquistados, com a eleição de Rosalba Ciarlini Rosado (DEM), ex-prefeita de Mossoró,

como senadora em 2006 e governadora eleita em 2010; além da eleição, como prefeita de Natal em 2008, de Micarla de Sousa (PV), filha do ex-deputado federal e ex-senador Carlos Alberto de Sousa, radialista de origem popular, que ingressa na cena política à sombra, inicialmente do grupo Alves no PMDB e posteriormente do grupo Maia no PDS/PFL.

Isso ocorre como parte do contexto geral paradoxal em que o declínio nacional do DEM é acompanhado da recuperação da liderança de José Agripino no Rio Grande, que adota uma estratégia vitoriosa nas eleições majoritárias em 2006, quando elege Rosalba Ciarlini Rosado como senadora em disputa com o então senador Fernando Bezerra (PTB); em 2008, com a eleição de Micarla de Sousa (PV) como prefeita de Natal, com a derrota de Fátima Bezerra (PT), apoiada por Wilma de Faria, de Garibaldi Alves Filho e Henrique Alves; e em 2010 com a eleição de Rosalba Ciarlini Rosado (DEM) como governadora do Rio Grande do Norte e sua reeleição para uma das vagas em disputa para o senado.

O PV, comandado pela prefeita Micarla de Sousa - apesar dos altos índices de desaprovação da sua administração em Natal, que atingiram recentemente o patamar de 84,5%¹⁵ -, constituiu-se em força política com influência nas maiores cidades da RMN, com a eleição do deputado estadual Gilson Moura, com forte base eleitoral em Parnamirim, e com a eleição do deputado federal Paulo Wagner, ambos apresentadores de programas populares na TV Ponta Negra, filiado do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT)¹⁶. Nas eleições em 2010, a prefeita Micarla de Sousa adota posição ambivalente,

¹⁵ Em pesquisa de opinião realizada pela Consult Pesquisa, instituto de pesquisa local, em 24 de março de 2011, em resposta à pergunta “De uma maneira geral o(a) Sr(a) aprova ou desaprova a administração da Prefeita Micarla de Souza, em Natal?”, o resultado foi contundente: Aprova – 9,25%, Desaprova – 84,50% e Sem opinião formada – 6,25%. A pesquisa Consult foi realizada de 17 a 23 de março e foram ouvidas 800 pessoas em Natal. A margem de erro é de 3,2%, para mais ou para menos (PESQUISA, 2011).

¹⁶ A TV Ponta Negra é propriedade da família de Micarla de Souza. Foi a sua atuação como jornalista em programa televisivo diário, que tinha grande audiência junto aos setores populares em bairros periféricos, que projetou Micarla de Sousa no cenário político. Ao apresentar e discutir os problemas vividos no cotidiano dos bairros populares, Micarla de Sousa desponta no imaginário popular como potencial candidata à prefeitura de Natal. A partir de pesquisas de opinião para detectar as intenções de voto realizadas em 2003, em que aparecia bem posicionada na manifestação espontânea dos eleitores, Micarla de Sousa programou sua inserção na política norte-rio-grandense com a elaboração de um projeto de marketing político-eleitoral de médio prazo que se mostrou vitorioso nas eleições para a prefeitura de Natal em 2008 (CAMPOS, 2011). Filia-se inicialmente no PP e faz coligação eleitoral vitoriosa à prefeitura de Natal como candidata à vice-prefeita de Carlos Eduardo Alves (PSB) em 2004. Depois de romper com o prefeito Carlos Eduardo, filia-se com seu grupo político e passa a controlar o PV, pelo qual é eleita deputada estadual em 2006, como a candidata mais votada no eleitorado natalense, com 24.124 votos (TSE, 2006).

apoiando ao mesmo tempo Rosalba Ciarlini (DEM) como candidata a governadora e Dilma Rousseff (PT) como candidata a presidente da República.

A transformação da liderança regional de Rosalba Ciarlini Rosado em liderança estadual é o resultado de um longo trabalho de construção da sua imagem pública. Médica pediatra, casada com o ex-deputado estadual Carlos Augusto Rosado, filho do ex-governador Dix-Sept Rosado, um dos principais representantes da família Rosado, que domina a política mossoroense a partir da metade do século XX, ingressa na política sendo eleita três vezes como prefeita de Mossoró (1988, 1996 e 2000). Adota como marca política o nome de Rosalba Ciarlini, conveniente e aparentemente desvinculada dos grupos oligárquicos. Torna-se uma liderança estadual contrariando uma tendência que caracteriza a política potiguar. Em geral, as lideranças estaduais surgem e se consolidam a partir da projeção de uma liderança política que tem origem em Natal, capital do Estado e principal colégio eleitoral.

Rosalba Ciarlini firma sua liderança na principal cidade do interior como uma prefeita que, em três mandatos, transforma e moderniza a infraestrutura urbana de Mossoró. O grande crescimento econômico-social da cidade é atribuído unilateralmente à competência de Rosalba como gestora, omitindo-se o substancial aumento da arrecadação municipal oriundo das atividades desenvolvidas pela Petrobras e as empresas que se fixam em Mossoró para dar suporte técnico às crescentes demandas do setor petrolífero na região. É nesse contexto que a cidade desponta como centro regional de médio porte, que se sobressai por expressivas melhorias urbanas e exitosas políticas públicas, com intenso trabalho de marketing político na área cultural. Essa é a base para a construção da sua imagem pública de administradora competente que é difundida por toda a sociedade norte-rio-grandense.

Esse fenômeno ganha expressão política na campanha eleitoral para o senado em 2006, quando Rosalba Ciarlini enfrenta e vence, ao mesmo tempo, Fernando Bezerra, então senador e líder do governo Lula no Senado e o ex-governador e senador Geraldo Melo. Numa campanha surpreendente ganha a vaga senatorial e derrota Fernando Bezerra, que inicia a campanha como favorito. Rosalba Ciarlini (PFL) obtém 44,18% dos votos; Fernando Bezerra (PTB), 43,42% dos votos; e Geraldo Melo (PSDB), 10,64% dos votos. Isso acontece também em Natal: Rosalba Ciarlini tem 41,99% dos votos e derrota Fernando Freire, apoiado por Wilma de Faria, com 40,28% dos votos, e Geraldo Melo, que recebe 12,98% dos votos dos eleitores natalenses (TSE, 2006).

Rosalba Ciarlini consolida sua liderança estadual nas eleições municipais de 2008, quando tem destacada atuação política ao participar ativamente da campanha eleitoral em cidades de todas as regiões do Estado. Pela importância estratégica, todavia, concentra sua atuação nos principais colégios eleitorais. Tem papel de relevo na vitória de Micarla de Souza à Prefeitura de Natal, consolidando sua imagem pública junto ao eleitorado natalense.

O ciclo de ascensão político-eleitoral de Ciarlini se completa com o êxito nas eleições 2010. Ao concorrer com o então governador Iberê Ferreira (que havia sido vice de Wilma de Faria e assumido o cargo com a renúncia desta para se candidatar ao Senado) e o ex-prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves, Rosalba vence já no primeiro turno do pleito, obtendo 52,5% de votos (contra 36,3% de Iberê e 10,4% de Carlos Eduardo).

O consórcio político que levou Rosalba Ciarlini ao êxito eleitoral em 2010 foi marcado pela continuidade do acordo político entre Garibaldi Alves e José Agripino que, por extensão, se constituíram nos principais cabos eleitorais da então senadora. Há de se notar, contudo, que somente este fez parte da chapa majoritária encabeçada por Rosalba. O PMDB do grupo Alves lançou, com vistas a acomodar os interesses conflitantes em seu interior, uma chapa majoritária própria, capitaneada pela candidatura ao senado de Garibaldi.

Com tal artifício, Henrique Alves se viu liberado para apoiar Iberê ao governo e Wilma ao senado. Ademais, o PMDB também atraiu o PR, do deputado João Maia, e o PV, da prefeita de Natal, Micarla de Souza, para uma coligação a deputado federal, que possibilitou a reeleição de Henrique Alves e João Maia e a eleição de Paulo Wagner (PV) para a Câmara Federal.

Rosalba também contou com o decisivo apoio do então presidente da Assembleia Legislativa do RN, Robinson Faria, que foi candidato a vice-governador em sua chapa. Robinson, que apoiou Wilma de Faria durante boa parte de seus dois mandatos como governadora, migrou para a oposição quando ficou definida a candidatura de Iberê Ferreira ao governo em 2010. A migração de Robinson e seus liderados (1 deputado federal, seu filho Fábio Farias, 4 deputados estaduais e vários prefeitos no interior do estado) foi a peça final no quebra-cabeça que levou Rosalba ao governo do Estado.

O outro lado da moeda na ascensão político-eleitoral de Rosalba Ciarlini e associados na eleição de 2010 foi o consequente declínio do grupo liderado por Wilma de

Faria. Além da derrota de seu candidato ao governo, a própria Wilma sofreu um revés eleitoral (651.358 votos) em sua candidatura ao senado, sendo derrotada justamente por seus dois principais adversários, Garibaldi Alves (1.042.272 votos) e José Agripino (958.891 votos).

Diante disso, cabe ressaltar que a vitória de José Serra na principal região do estado se deu em um contexto de reorganização política e vitória do consórcio clânico-oligárquico, com consequente declínio eleitoral do grupo capitaneado por Wilma de Faria, a principal liderança aliada ao projeto político das candidaturas presidenciais petistas no estado. Acrescente-se a esse cenário as tendências eleitorais igualmente declinantes dos partidos de esquerda, sobretudo do PT potiguar. Essas são as principais variáveis do plano político local a incidir na guinada eleitoral tucana na região analisada.

PT e PSDB: tendências eleitorais nas eleições presidenciais e o contraste entre Região Metropolitana de Natal e Rio Grande do Norte

Nesta seção procurar-se-á demonstrar que a vitória eleitoral de José Serra na Região Metropolitana de Natal foi o resultado da sedimentação de tendências eleitorais diversas apresentadas no cômputo geral do Rio Grande do Norte e na própria região analisada. Em âmbito estadual, consolida-se a hegemonia eleitoral das candidaturas petistas à Presidência da República (em um processo que remonta às duas eleições anteriores), ao mesmo tempo em que essa tendência se inverte em favor das candidaturas psdbistas na região metropolitana de Natal.

Como já visto, o processo histórico de construção da estruturação socioeconômica do Rio Grande do Norte conduziu à constituição de poucos conglomerados urbanos com forte concentração demográfica e eleitoral. Os maiores municípios do estado, além de guardar semelhanças na estrutura de suas composições sociais, apresentam afinidades, por exemplo, no plano do comportamento político-eleitoral. Foi o que se registrou no pleito presidencial de 2010.

Naquela ocasião, a maioria eleitoral obtida pela candidatura José Serra em Natal foi replicada também nos outros dois principais municípios da RM Natal¹⁷: Parnamirim e

¹⁷ A Região Metropolitana de Natal foi reconhecida por Lei Complementar Estadual em 1997. Dela fazem parte os municípios de Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Ceará-Mirim, Extremoz, São José de Mipibu e Nísia Floresta. Para fins de análise serão consideradas aquelas que apresentam maior

São Gonçalo do Amarante. Naquele, a vitória serrista se afigurou como a confirmação de um resultado já expresso no primeiro turno, ao passo que neste, bem como em Natal, tal maioria representou uma virada eleitoral.

Estes escores estão em “contraste” com o quadro geral de votação do segundo turno no estado. Nele, Dilma Rousseff obteve 59,54% dos votos (contra 40,46% de José Serra); em Natal, a petista obteve 51,72% *versus* 48,28% para o psdbista. No cômputo dos municípios considerados da Região Metropolitana de Natal, novamente uma maioria para Serra foi confirmada (em 51,2%, contra 48,8% da petista), impulsionada não somente pelo resultado de Natal, mas pelos referidos escores de São Gonçalo do Amarante e Parnamirim (cidade na qual o candidato obteve sua maior diferença em relação à sua oponente, com 57,72% dos votos).

Há de se observar, todavia, que tanto o resultado geral do estado no segundo turno, quanto o registrado pela Região Metropolitana de Natal, apresentam-se como desdobramentos de tendências já observadas no primeiro *round* da eleição.

Tabela 5 – Resultados eleitorais – Eleições presidenciais 2010 – Região Metropolitana Natal e Total RN¹⁸

1º Turno							
N	Município	Dilma	%	Serra	%	Marina	%
1	Natal	138.893	35,6	130.582	33,47	114.727	29,408
2	Parnamirim	21.509	29,03	26.323	35,52	25.413	34,295
3	São G. do Amarante	18.496	42,93	15.116	35,08	9.091	21,099
4	Macaíba	15.353	47,44	11.147	34,44	5.591	17,275
5	Extremoz	5.245	46,11	3.871	34,03	2.201	19,351
6	Ceará-Mirim	19.922	58,03	9.722	28,32	4.330	12,613
Total RMNatal (faixa)		219.418	37,48	196.761	33,61	161.353	27,56
Total RN		846.416	51,76	460107	28,14	313360	19,16
2º Turno							
N	Município	Dilma	%	Serra	%	Marina	%
1	Natal	188.558	48,28	202.019	51,72	-	-
2	Parnamirim	31.042	42,28	42.380	57,72	-	-
3	São G. do Amarante	21.557	49,19	22.266	50,81	-	-
4	Macaíba	17.168	51,06	16.458	48,94	-	-

nível de integração à capital (Observatório das Metrôpoles, 2005): Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Ceará-Mirim.

¹⁸ Votação de outros candidatos à Presidência, no primeiro turno: Região Metropolitana de Natal (faixa): 7845; Rio Grande do Norte: 15280.

5	Extremoz	6.180	53,37	5.400	46,63	-	-
6	Ceará-Mirim	22.430	64,17	12.523	35,83	-	-
Total RMNatal (faixa)		286.935	48,8	301.046	51,2	-	-
Total RN		979.772	59,54	665.726	40,46	-	-

Fonte: TSE

Já na primeira etapa do pleito, conforme demonstram os números expostos na tabela acima, Dilma Rousseff conseguiu arregimentar um volume eleitoral maior no cômputo geral do estado, obtendo mais votos do que a soma de todos os outros candidatos juntos (51,76%). Porém, no âmbito da Região Metropolitana de Natal, essa proporção se inverteu: seus 37,48% rivalizaram com a soma de 62,52% de votos, obtida pelas outras candidaturas. Esse percentual é análogo ao da votação em Natal: a soma de todas as candidaturas opositoras chegou à marca de 64,4% dos votos válidos.

A capacidade de obter mais votos na capital, e em sua área de influência, do que no plano geral do estado foi uma característica fundamental das outras duas principais candidaturas naquela ocasião: José Serra e Marina Silva. Os percentuais de 33,61% na faixa de municípios considerados na RM Natal e 28,14% no estado, obtidos por Serra, e 27,56% e 19,16% somados por Marina, atestam tal condição. Para além destes percentuais, as votações tanto na própria Natal (na qual Serra e Marina juntos obtiveram 62,88% dos votos), quanto em Parnamirim (cidade em que ambos somados suplantaram Dilma no número de votos, chegando a 69,81%) demonstram a capacidade de penetração das mais importantes candidaturas de oposição na região considerada. De tal forma que, justamente nos municípios em que Marina obteve suas melhores votações no primeiro turno - Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante - Serra consolidou maiorias eleitorais, no segundo turno.

Por extensão, tais tendências também registraram outro elemento importante na composição da votação dos candidatos à Presidência da República no Rio Grande do Norte, qual seja: no pleito de 2010, as candidaturas opositoras derivaram em maior grau suas votações da área de influência de Natal do que o apresentado por Dilma Rousseff. No primeiro turno, enquanto a votação da candidata petista foi composta por apenas 25,92% de votos oriundos da Região Metropolitana de Natal, a proporção dos votos de José Serra contou com 42,76% de votos nessa região. Marina Silva, por sua vez, foi a postulante com maior “dependência” da RM Natal: com 51,49% de seus votos

obtidos em tal área. Tais proporções também se repetiram no segundo turno¹⁹: a votação de Dilma contou com 29,29% de votos da RM Natal, enquanto Serra contou com 45,22%.

Em suma, todos estes dados demonstram como a tendência à votação na oposição, já registrada no primeiro turno, é confirmada na Região Metropolitana de Natal, no segundo; ao passo que, no âmbito do estado, registram a expressiva votação em ambos os turnos da eleição obtida por Dilma Rousseff.

Caso comparados com os resultados de eleições anteriores, estes contrastes apresentados pelo quadro de votação do Rio Grande do Norte no pleito presidencial de 2010, podem ser melhor contextualizados. O olhar comparativo desvelará que o não alinhamento das tendências registradas na Região Metropolitana de Natal e no conjunto do estado do Rio Grande do Norte não se afigura enquanto uma “novidade” apresentada pelo último escrutínio dos votos. Pelo contrário, mesmo a primeira mirada aos dados comparativos indicará a consistência do deslocamento eleitoral entre RM Natal e cômputo geral da votação norte-rio-grandense.

Tabela 6 – Resultados eleitorais – Primeiro turno das eleições presidenciais, 2002, 2006 e 2010 – RM Natal e RN

Região Metropolitana de Natal						
	PT	%	PSDB	%	Alter	%
2002	236965	48,44	82775	16,92	167269	34,19
2006	275218	49,15	211333	37,74	71183	12,71
2010	219.418	37,48	196.761	33,61	161.353	27,56
Rio Grande do Norte						
	PT	%	PSDB	%	Alter	%
2002	581544	43,7	296856	22,3	448776	33,7
2006	952796	60,2	499934	31,6	124875	7,9
2010	846.416	51,76	460.107	28,14	313.360	19,16

Fonte: TSE

¹⁹ Um dado acessório ajuda a compreender a dispersão das votações das principais candidaturas à Presidência pelo território do estado: o número de “vitórias”. No primeiro turno, Dilma Rousseff obteve mais votos do que seus opositores em 160, dos 167, municípios potiguares (o que representou 96% do total). José Serra venceu em todos os outros sete municípios. Ao passo que, no segundo turno, tal proporção passou a 148 (ou 89%) da petista contra 19 do tucano. Tal crescimento do opositorista, contudo, não foi suficiente para reverter, naquela etapa da votação, a vultosa vitória eleitoral que Dilma obteve no plano estadual.

A tabela²⁰ acima apresenta os resultados dos primeiros turnos das últimas três eleições presidenciais (2002, 2006 e 2010) na RM Natal e no Rio Grande do Norte. A eleição em 2002 apresentou um quadro fragmentado no primeiro turno. Ao contrário dos pleitos subsequentes, a candidatura petista obteve um maior volume de votação na RM Natal, em comparação ao plano geral do estado. Também contrariando as tendências dos pleitos mais recentes, a soma das votações das candidaturas alternativas à polarização PT/PSDB (Garotinho e Ciro) suplantou a votação recebida pela candidatura José Serra em ambos os planos considerados. Com 48,44% na RM Natal e 43,7% no cômputo do estado, Lula arregimentou votos para uma dianteira folgada sem, porém, obter mais votos do que a soma de seus oponentes.

Foi no primeiro turno do pleito de 2006, contudo, que a tendência ao não alinhamento entre a RM Natal e a somatória do RN começou a se delinear. Já na primeira etapa, Lula obteve uma ampla vitória eleitoral no plano estadual, com 60,2% dos votos, mas apresentou, apesar da expressiva votação na zona de influência da capital, 49,15%, uma votação menor do que a obtida pelos seus adversários. Neste momento da disputa, a candidatura psdbista retomou a capacidade de contraposição à petista, obtendo 37,74% dos votos na RM Natal e 31,6% no RN, frente ao somatório das candidaturas alternativas (Heloísa Helena e Cristóvão), que então restringiram suas capacidades de influência à RM Natal, nela arregimentando 12,71% contra 7,9% no total do estado.

Tendo em vista os resultados de 2006, o “contraste” do segundo turno da eleição de 2010 deixa de parecer algo extraordinário. Em ambos os pleitos, as dinâmicas eleitorais dos primeiros turnos expressaram ampla maioria para as candidaturas petistas na somatória geral do estado. Porém, no primeiro turno das duas últimas eleições, a Região Metropolitana de Natal expressou uma preferência majoritária por outras candidaturas envolvidas na disputa (que somaram, respectivamente, 50,75% e 60,52%). Obviamente, caso tomada em comparação com o resultado de Lula em 2006, há uma significativa perda de amplitude eleitoral por parte da candidatura Dilma, em 2010. Contudo, o que se pode identificar, conforme os índices expostos nas tabelas abaixo, é

²⁰ Para fins de apresentação dos resultados, nas tabelas 5 e 6 foram expostas as siglas dos principais partidos concorrentes das disputas presidenciais: PT e PSDB. As candidaturas “alternativas” à polarização entre estes dois partidos tiveram seus dados somados. Isto é, na coluna destinada aos candidatos “alternativos” estão somados os escores de Anthony Garotinho e Ciro Gomes, em 2002, e Heloísa Helena e Cristóvão Buarque, em 2006. Em 2010, optou-se por manter somente a votação de Marina Silva sob esta alcunha.

que, ao contrário daquele, que ampliou sua votação na passagem ao segundo turno em ambos os planos territoriais considerados, Dilma conseguiu ampliar sua votação somente no cômputo geral do estado.

Tabela 7 – Resultados eleitorais – Segundo turno das eleições presidenciais, 2002, 2006 e 2010 – RM Natal e RN

RM Natal				
	PT	%	PSDB	%
2002	315003	66,45	159048	33,55
2006	340598	61,49	213313	38,51
2010	286935	48,8	301046	51,2
Rio Grande do Norte				
	PT	%	PSDB	%
2002	781947	58,64	551628	41,63
2006	1.073.182	69,91	461995	30,09
2010	979.772	59,54	665.726	40,46

Fonte: TSE

Para se ater especificamente aos números: enquanto no segundo turno de 2006, Lula passou aos 61,49% na RM Natal e ao ápice de 69,91% no plano do estado, Dilma, em 2010, conservou uma larga dianteira na somatória geral do RN, 59,54%, sem porém repetir o mesmo volume eleitoral na zona de influência de Natal (com 48,8% dos votos, foi derrotada por José Serra). Por outro lado, nas duas últimas eleições da década, os segundos turnos registraram, para as candidaturas tucanas, mais votos na RM Natal do que no estado. Em 2006, Geraldo Alckmin obteve, no quadro do estado, menos votos na segunda etapa do pleito do que os arregimentados na primeira: seus 30,09% representaram 461.995 eleitores, frente aos 499.934 do primeiro turno. Na RM Natal, mesmo com um parco crescimento, ele ainda chegou a manter 38,51% dos votos. Serra, em 2010, embora tenha elevado o patamar da votação psdbista em âmbito estadual no segundo turno, com 40,46% dos votos, alargou fundamentalmente seu potencial eleitoral na zona de influência de Natal, obtendo uma maioria de 51,2% dos votos.

Estes dados da passagem dos primeiros aos segundos turnos começam a desvelar as tendências centrais desenvolvidas pelas principais candidaturas contendoras à Presidência da República no estado do Rio Grande do Norte. Em um contínuo do início ao fim da década, os postulantes petistas tornam-se gradativamente menos “dependentes” da votação na Região Metropolitana de Natal, ao passo que os tucanos experimentam

justamente o contrário, perdendo influência no interior do estado. Desagregando as votações obtidas pelas candidaturas presidenciais nos dois planos aqui considerados em votos obtidos na RM Natal e votos obtidos nos outros municípios do estado, será possível observar de forma mais adequada tais tendências.

Tabela 8 – Eleições presidenciais, 2002, 2006 e 2010 – Proporções eleitorais – RM Natal / Rio Grande do Norte

	PT		PSDB		Alter.	
	RM Natal	RN (outros)	RM Natal	RN (outros)	RM Natal	RN (outros)
1º T 2002	40,75	59,25	27,88	72,12	37,37	62,73
2º T 2002	40,28	59,72	28,83	71,17	-	-
1º T 2006	28,89	71,11	42,27	57,73	57	43
2º T 2006	31,74	68,26	46,17	53,83	-	-
1º T 2010	25,92	74,08	42,76	57,24	51,49	48,51
2º T 2010	29,29	70,71	45,22	54,78	-	-

Fonte: TSE

No primeiro pleito da década, em seu primeiro turno, tem-se um quadro no qual a “interiorização” do eleitorado é marca patente da candidatura tucana (com 72,12% de votos advindos de outros municípios que não os da Região Metropolitana de Natal) e daquelas alternativas à polarização PT/PSDB (com 62,73% obtidos por Garotinho e Ciro). Embora mantenha uma boa proporção de votos no interior do estado, a primeira candidatura Lula da série é a mais dependente da RM Natal. Esse quadro também se repete no segundo turno de 2002, com Serra atingindo 71,17% de interiorização, contra 59,72%, de Lula.

Em 2006, o quadro muda totalmente: a votação da candidatura petista se interioriza e a tucana passa a depender decisivamente da votação em Natal e sua zona de influência. As candidaturas alternativas (Heloísa Helena e Cristóvão) passam a derivar suas votações da RM Natal em uma porção majoritária. Em 2006, é a candidatura Lula que passa a obter em torno de 70% de interiorização em ambas as etapas do pleito, com 71,11% no primeiro turno e 68,26% no segundo. Por sua vez, Alckmin varia entre 57,73%, no primeiro turno, e 53,83% no segundo, de interiorização.

Os números da proporção votação na RM Natal/outros municípios do RN obtidos em 2006 são replicados em 2010, com patamares muito semelhantes. A candidatura

Dilma continua com índices em torno de 70% de interiorização (74,08% e 70,71%, nos respectivos turnos do pleito), ao passo que Serra (com 57,24% e 54,48%) obtém quase que os mesmos números de Alckmin, em 2006. Marina, embora tenha reduzido o grau de dependência da votação na RM Natal obtida pelas candidaturas alternativas à polarização PT/PSDB, continua a obter mais votos nesta região (com 51,49%) do que nos demais municípios do estado.

Ao se observar este conjunto de dados, as razões para o resultado eleitoral em “contraste” apresentado em 2010 ficam mais claras. Poderia mesmo ser dito que estas tais razões devem começar a ser buscadas em 2006. Neste pleito, as tendências eleitorais mudam. A candidatura do PT passa a ser mais interiorizada, ao passo que a do PSDB, antes mais interiorizada, começa a depender substancialmente da votação em Natal e sua Região Metropolitana. Ademais, é em tal pleito que a decisiva diminuição da capacidade de influência das candidaturas alternativas passa a vigorar.

Em 2010 pouco muda e os resultados eleitorais são desenvolvimentos de tendências já observadas em 2006. A candidatura petista continua com um volume eleitoral maior de interiorização e mantém seus índices eleitorais no cômputo geral do estado. A ofensiva oposicionista em Natal e sua Região Metropolitana, que leva no primeiro turno aos escores dilatados de Serra e Marina (candidatura que restitui a capacidade de iniciativa das “alternativas” na RM Natal), bem como à vitória do tucano, no segundo, é um desdobramento direto do redimensionamento da amplitude daquelas candidaturas. Tal ofensiva, enfim, restringe-se àquela região, uma vez que Dilma mantém, em 2010, a interiorização obtida por Lula em 2006, e balanceia as proporções eleitorais mantendo uma larga dianteira no cômputo geral do estado.

Construindo algumas hipóteses explicativas

Da observação direta dos dados, dois pontos de inflexão afiguram-se os mais emblemáticos nas dinâmicas eleitorais recentes das candidaturas presidenciais no Rio Grande do Norte. Primeiro, a consolidação da hegemonia eleitoral petista, firmada em 2006 e replicada em 2010, no plano geral do estado e, segundo, a guinada eleitoral psdbista no âmbito da Região Metropolitana de Natal, protagonizada no segundo turno do pleito de 2010.

Há de se ter em conta, porém, que a obtenção de uma hegemonia eleitoral das candidaturas petistas, com consequente mudança de base eleitoral de 2006, é um fenômeno eleitoral verificado em esfera nacional. Por extensão, com vistas à sua compreensão, um intenso debate tomou cena nas ciências sociais brasileiras.

Somente para citar alguns dos mais destacados, Singer (2009), Nicolau e Peixoto (2007) e Rennó e Cabello (2010) desenvolveram estudos que, embora tenham mobilizado diferentes instrumentais conceituais e chegado a conclusões divergentes, partem da mesma constatação de mudança de base eleitoral da candidatura petista a partir de 2006.

Singer (2009), por exemplo, naquela que talvez tenha sido a tese mais discutida, visa dar conta da mudança de base eleitoral em questão formulando uma noção peculiar do “lulismo”. Este é o termo que usa para caracterizar o desalinhamento, que notadamente teve seu momento decisivo na eleição de 2006, entre as bases eleitorais lulistas e petistas. “Lula teria deixado um eleitorado tipicamente urbano e escolarizado por um francamente popular, mas o mesmo não teria ocorrido com o PT” (SINGER: 2009, 96).

Nesse sentido, os resultados eleitorais apresentados em terras potiguares estão em consonância com as tendências gerais do eleitorado brasileiro. Torna-se coerente afirmar, portanto, que para sua vitória no plano do estado, Dilma Rousseff se valeu, em 2010, da base eleitoral lulista constituída já em 2006.

Ademais, uma vez que se operou a mudança do lulismo para uma base menos urbana, e mais “francamente popular”, tal efeito teve como extensão, no caso potiguar, uma restrição dos potenciais opositoristas característicos de um eleitorado mais urbano. O acúmulo desses potenciais eleitorais opositoristas culminou na vitória eleitoral serrista no segundo turno de 2010.

Faz-se necessário analisar, contudo, quais foram os motivos do realinhamento eleitoral constatado. No caso do lulismo, a literatura antes referenciada registra várias teses: da afinidade à figura de Lula, devido à “guinada material” sentida pelo eleitorado popular durante seus governos (Singer, 2009), à recompensa eleitoral pelos programas sociais (Nicolau e Peixoto, 2007), passando pela caracterização do lulista como eleitor não alinhado, propenso a avaliar o desempenho do governo, antes de ter afinidades partidárias ou relativa a líderes (Rennó e Cabello, 2010).

E no caso da guinada tucana na RM Natal, em 2010, o que moveu o eleitorado? No que segue, algumas hipóteses explicativas serão elencadas.

Os dados que registram a mudança de tendências eleitorais das candidaturas presidenciais no estado do RN e na Região Metropolitana de Natal conduzem à compreensão de que, nesta última, um eleitorado com inclinações ao voto em candidaturas psdbistas e “alternativas” se formou em 2006 e 2010. É bastante provável que este eleitor opoicionista natalense advenha majoritariamente dos extratos sociais que rejeitaram as medidas do início do Governo Lula, como trabalhador do setor de serviços públicos descontente com a reforma da Previdência, por exemplo. Tal rejeição certamente associa-se a um distanciamento em relação ao PT e suas candidaturas, com a qual se identificava segmentos da classe média com formação técnica do setor de serviços, sobretudo da administração pública, com grande importância socioeconômica na Região Metropolitana de Natal.

Para além da composição social deste eleitorado opoicionista, sua adesão a determinados valores torna-se um elemento explicativo importante. Em 2006, a agenda eleitoral foi marcada pela centralidade do tema da corrupção, na esteira da chamada “Crise do Mensalão”, iniciada em 2005, e do “Episódio dos Aloprados”, que tomou cena durante o próprio pleito, ao fim do primeiro turno. A conquista de um considerável peso eleitoral na RM Natal já naquele ano (no qual as candidaturas opoicionistas impuseram uma derrota eleitoral a Lula na primeira volta eleitoral naquela região, somando 50,75% dos votos válidos) enseja a susceptibilidade do votante opoicionista ao voto punitivo baseado em avaliações ético-morais.

Essa orientação para o comportamento eleitoral provavelmente foi replicada pelo eleitorado de matiz opoicionista nas eleições 2010. Neste pleito, os extratos que em 2006 votaram contra o governo, punindo-o pelas denúncias de corrupção, voltaram a assumir um comportamento opoicionista rejeitando a figura pública da candidata governista: mulher, ex-guerrilheira, técnica sem carisma, identificada com a defesa de uma agenda moral mais progressista. Este, contudo, não foi o único efeito atingido pela orientação moral ao voto nas eleições 2010.

Na reta final do primeiro turno, houve uma guinada radical na agenda eleitoral presidencial. De um debate primordialmente focado na herança política e nos avanços econômicos e sociais do governo Lula, a disputa política passou a se centrar em uma agenda eminentemente moral. Baseadas numa pretensa mudança de posição de Dilma Rousseff sobre a questão do aborto, Marina Silva e José Serra exploraram politicamente a questão. Por decorrência do segundo turno, a temática se aprofundou e insuflou uma

inserção exacerbada de temáticas e atores do campo religioso na campanha eleitoral. A isso foram acrescentados escândalos veiculados com grande destaque e tom sensacionalista pelas maiores redes de televisão e pelos maiores jornais e revistas nacionais, tais como as denúncias envolvendo a então sucessora de Dilma na Chefia da Casa Civil, Erenice Guerra, que culminaram na criação de um caldo de cultura favorável à orientação conservadora do voto.

Natal, bem como sua Região Metropolitana, parece ter sido profundamente afetada pela prevalência de tal agenda moralizante. Esta constatação pode ser ilustrada com o recurso à exposição de dados de algumas pesquisas de opinião realizadas na ocasião. No caso, a visualização dos dados produzidos pelo instituto IBOPE em sondagens na capital potiguar (reproduzidos na tabela abaixo), deixa em exposto indícios interessantes sobre tal mudança de debate eleitoral. Nas enquetes deste instituto, os eleitores eram questionados em quem votariam, caso tivessem que escolher entre Dilma e Serra.

Tabela 9 – Natal – Sondagens de Opinião: Escolha entre Dilma e Serra

	14 ago		20 ago		23 set	
	RN	Natal	RN	Natal	RN	Natal
Dilma	57%	49%	58%	48%	57%	42%
Serra	35%	37%	35%	44%	33%	46%
Brancos/nulos	4%	8%	3%	6%	6%	8%
Indecisos	4%	6%	4%	3%	4%	4%

Fonte: Instituto IBOPE

Nas pesquisas realizadas em agosto, como demonstram os dados, os resultados da escolha acompanharam os obtidos pelo cômputo geral do estado, e averiguaram uma dianteira de Dilma em Natal. Por outro lado, é justamente no fim de setembro, período de aprofundamento das denúncias contra Erenice Guerra, assessora direta de Dilma na Casa Civil da Presidência da República, e introdução de questões morais na campanha, que Serra opera sua virada na série.

Ademais, da forma como foi tratada durante a campanha, a agenda moral foi capaz de mobilizar, em Natal e região metropolitana, extratos sociais que haviam sido lulistas em 2006. Assim sendo, se em 2006, em circunstâncias análogas, Lula conseguiu reverter, no segundo turno, uma tendência de voto que se mostrou influenciada pelas circunstâncias da punição eleitoral às denúncias de corrupção registradas no primeiro turno, Dilma não conseguiu fazer o mesmo em 2010. Portanto, também um eleitorado

antes lulista, motivado por uma orientação moralizante do voto, aderiu à candidatura Serra naquele pleito. Um bom indício disso pode ser encontrado na distribuição da votação por Dilma (vermelho), Serra (azul) e Marina (verde) nos bairros natalenses apresentada na figura e no quadro abaixo.

Tabela 10 – Natal – Votação por Bairro – 1º e 2º Turno

	1º TURNO			2º TURNO	
REGIÃO/BAIRRO	DILMA	SERRA	MARINA	DILMA	SERRA
NORTE	39.838	34.955	30.289	53.779	55.019
Igapó	4.366	4.113	3.075	5.665	6.384
Lagoa Azul	8.573	7.621	6.367	11.574	11.871
Nª Sra. da Apresentação	3.975	3.285	3.184	5.271	5.398
Pajuçara	4.729	3.951	3.512	6.316	6.168
Potengi	17.580	15.368	13.765	24.215	24.296
Redinha	615	617	386	738	902
SUL	33.454	28.815	32.984	52.023	52.327
Candelária	3.727	3.827	4.217	5.441	5.968
Capim Macio	5.063	4.235	5.195	7.189	6.802
Lagoa Nova	8.408	8.557	7.954	15.800	18.883
Neópolis	6.840	4.917	6.658	9.901	8.093
Nova Descoberta	903	863	982	1.267	1.505
Pitimbu	6.033	4.256	5.875	8.816	7.259
Ponta Negra	2.480	2.160	2.103	3.609	3.817
LESTE	26.911	29.851	24.424	36.690	44.798
Alecrim	7.303	7.832	6.882	10.266	11.916
Barro Vermelho	1.753	2.249	1.836	2.466	3.348
Cidade Alta	2.705	3.001	2.254	3.527	4.352
Lagoa Seca	2.010	1.942	1.516	2.663	2.908
Mãe Luiza	2.791	2.436	1.923	3.684	3.765
Petrópolis	2.663	3.513	2.693	3.654	5.097
Praia do Meio	397	333	347	518	572
Ribeira	1.949	1.813	1.477	2.562	2.785
Rocas	2.043	1.899	1.787	2.739	3.071
Santos Reis	513	481	461	751	751
Tirol	2.784	4.352	3.248	3.860	6.233
OESTE	35.531	33.005	23.526	46.113	49.781
Bom Pastor	4.542	4.682	2.757	5.838	6.871

Cidade da Esperança	6.319	5.947	4.544	8.503	8.591
Cidade Nova	2.089	2.019	1.222	2.740	2.948
Dix-Sept Rosado	3.364	3.445	2.535	4.401	5.291
Felipe Camarão	7.186	5.858	3.903	8.820	9.316
Guarapes	1.180	461	443	1.419	788
Nazaré	2.148	2.312	1.644	2.860	3.357
Nordeste	1.838	1.603	1.384	2.641	2.514
Planalto	1.003	818	742	1.306	1.439
Quintas	5.862	5.860	4.352	7.585	8.666
TOTAL NATAL	135.734	126.626	111.223	188.605	201.925

Fonte: TSE; Elaboração Própria²¹

Figura 4 – Natal – Rendimento Nominal Médio



No primeiro turno, Dilma vence isoladamente Serra e Marina por uma pequena diferença eleição no total das quatro zonas de Natal, perdendo apenas na Zona Leste; todavia, sofre uma expressiva derrota – 102.115 votos - quando são somados os votos das

²¹ Pelos dados da tabela, os autores agradecem ao Deputado Estadual Fernando Mineiro e seu assessor técnico, Rubens Passos.

duas principais candidaturas oposicionistas. No segundo turno, Serra vence por 13.320 votos, captando 67,7% dos votos dados a Marina no primeiro turno. A vitória de Serra foi replicada em todas as zonas da cidade, espalhando-se por bairros com realidades sociais muito díspares.

Segundo os resultados do primeiro turno, considerando a distribuição geográfica do voto no conjunto dos 34 bairros que compõem as quatro zonas da capital, Dilma vence em 21 (61,8%); Serra, em 10 (29,4%); e Marina, em apenas 3 (8,8%). Dilma alcança suas maiores votações em Neópolis e Pitimbú, bairros de classe média com médios rendimentos, e em Felipe Camarão e Guarapes, bairros populares. Serra tem melhor desempenho em bairros mais ricos – Tirol, Petrópolis, Lagoa Nova e Barro Vermelho -, mas também vence em bairros populares, como Bom Pastor e Nazaré. E Marina consegue suas maiores votações em Candelária e Capim Macio, bairros tipicamente de moradores de classe média com altos rendimentos. Os três principais candidatos à Presidência da República revelaram-se muito competitivos, com votações muito aproximadas na maioria dos bairros de Natal.

Com a polarização do segundo turno, a maioria dos votos de Marina migra para Serra, produzindo uma alteração substancial na distribuição geográfica dos votos dos eleitores natalenses. Serra ganha a eleição em todas as quatro regiões, vencendo de maneira incontestável em 27 (79,5%) bairros, de diferentes perfis socioeconômicos, mas com votações mais concentradas em bairros mais ricos, como Tirol e Petrópolis. Por sua vez, Dilma vence em apenas 7 (20,5%) bairros, com perfis de classe média e classes populares, alcançando sua melhor performance em Guarapes, um dos bairros mais pobres de Natal.

Aqui uma hipótese do voto orientado pela agenda moral pode ser dividida em duas. Para o caso das classes médias, como antes referido, o preconceito de classe e a rejeição ao PT, em decorrência de suposto aumento da corrupção e desvios éticos no governo Lula, foram adicionados à imagem pública negativa de Dilma Rouseff, construída com ativa participação da grande mídia brasileira. Esse fenômeno se aprofundou no segundo turno com a série de ataques subterrâneos à candidata, pela via de toda uma sorte de boatos, fato que obrigou o PT a criar um site com o intuito rebatê-los. Contudo, nas classes populares, é possível que o motivo religioso e os valores morais conservadores tenham sido os principais elementos motivadores. Com os itens da agenda espiralando dentro e fora das propagandas eleitorais, a mobilização de atores religiosos

igualmente dentro e fora da campanha pode ter influenciado os eleitores antes lulistas a mudar o voto.

Nessa agenda conversadora que polarizou o segundo turno das eleições presidenciais, a questão do aborto ganhou proeminência por despertar grande desaprovação pela grande maioria da população brasileira. Isso é confirmado em estudo realizado sobre as relações existentes entre filiação religiosa e comportamento eleitoral, em que fica demonstrado que a postura anti-aborto é comum entre as pessoas filiadas aos diferentes grupos religiosos: “mais de 80% se revelam favoráveis ou à proibição total ou parcial do aborto”, apesar dos evangélicos serem os mais conservadores sobre essa temática (BOHN: 2004, 313). Além disso, a questão do homossexualismo também desperta forte conservadorismo entre os principais grupos religiosos: 69,02% dos católicos e 84,34% dos evangélicos consideram que o homossexualismo masculino é doença ou falta de vergonha (BOHN, 2004).

Nas últimas décadas, houve uma redefinição ideológica da Igreja Católica com o declínio da influência da Teologia da Libertação como resultado da ação política da cúpula da Igreja Católica, que limitou e restringiu o poder antes exercido por cardeais, bispos e padres progressistas. Em seu lugar foi estimulado e apoiado o avanço do movimento carismático entre os católicos, que possui um ideário político e moralmente conservador, como forma, inclusive, de tentar conter o crescimento das correntes evangélicas. A concorrência entre católicos e evangélicos terminou por aproximá-los no compartilhamento de valores morais muito semelhantes. Essa confluência entre católicos e evangélicos cria um ambiente mais favorável à difusão e aceitação de posturas mais conservadoras em relação a temas como a descriminalização do aborto e o reconhecimento de direitos civis elementares aos homossexuais.

Além das hipóteses explicativas acima esboçadas, há que se considerar a presença de aspectos estruturais da realidade social que exercem importantes condicionamentos sobre os processos eleitorais.

A Região Metropolitana de Natal constitui uma espécie de subsistema social com grande heterogeneidade interna, sendo composta por municípios que apresentam estruturas socioeconômicas muito diversas em termos de dimensão urbana, nível de desenvolvimento econômico e modernização sociocultural. Natal ocupa a posição de núcleo dinâmico dos processos econômicos, sociais e políticos. Com intensidade desigual, verifica-se a tendência à conurbação urbana, envolvendo, sobretudo, Natal,

Parnamirim, Macaíba e São Gonçalo do Amarante, cidades que estão no seu entorno imediato. O processo de conurbação encontra-se mais avançado entre os limites urbanos e as populações de Natal e Parnamirim. A maior concentração dos fluxos societários pela maior proximidade física e cultural entre as populações dessas duas cidades faz com que as tendências que surgem nos processos político-eleitorais em Natal se difundam e se reproduzam em alguma medida em Parnamirim. As semelhanças existentes na distribuição da renda mensal entre seus extratos sociais (segmentos destacados em cinza na tabela abaixo) favorecem a manifestação de fenômenos político-ideológicos que possuem traços em comum. Sem esquecer, contudo, que as diferenças de comportamento eleitoral que existem entre os bairros de uma determinada cidade também são observadas em cidades em processo de conurbação.

Tabela 11 – Pessoas de 10 Anos ou Mais Segundo a Classe de Rendimento - 2000 (em Salários Mínimos) Rio Grande do Norte (RN), Natal (N), Parnamirim (P) e São Gonçalo do Amarante (SG)²²

Classe de Rendimento Nominal Mensal (em Salários Mínimos)	Número de Pessoas				%			
	RN	N	P	SG	RN	N	P	SG
Total de Pessoas	2.213.083	583.186	98.240	53.266	100,00	100,00	100,00	100,00
Sem Rendimento	1.069.566	242.717	42.707	25.689	48,33	41,62	43,47	48,23
Até 1 SM	554.767	99.612	17.235	12.294	25,07	17,08	17,54	23,08
Mais de 1 a 2 SM	279.210	92.753	14.720	8.781	12,62	15,90	14,98	16,49
Mais de 2 a 3 SM	95.445	36.452	5.742	2.773	4,31	6,25	5,84	5,21
Mais de 3 a 5 SM	88.436	38.518	6.572	2.183	4,00	6,60	6,69	4,10
Mais de 5 a 10 SM	72.426	38.266	7.029	1.095	3,270	6,56	7,15	2,06
Mais de 10 a 20 SM	34.809	21.462	3.366	404	1,57	3,68	3,43	0,76
Mais de 20 SM	18.424	13.406	869	47	0,83	2,30	0,88	0,09

Fonte: IBGE

Na Região Metropolitana de Natal, o setor de serviços ocupa mais de 75% da população empregada, estando concentrada em Natal e Parnamirim (Silva, 2009). Nessas cidades, a classe média empregada no setor de serviços é relativamente muito maior do

²² Em destaque, segmentos de classe média.

que o conjunto da população acima de 10 anos no Rio Grande do Norte. Como a administração pública e os serviços sociais são preponderantes no setor de serviços na Região Metropolitana de Natal, nessas cidades há forte presença do funcionalismo público na composição da classe média.

Pelo nível de rendimentos e de escolaridade, a classe média pode consumir bens e serviços oferecidos pela indústria cultural nacional. Constitui um alvo privilegiado dos meios de comunicação de massas hegemônicos, que são a principal fonte de informações sobre os acontecimentos nacionais e mundiais. Esses segmentos sociais são constante e diariamente submetidos à exposição de coberturas jornalísticas feitas pelas grandes redes de televisão, pelas revistas semanais e pelos grandes jornais diários do Rio de Janeiro e de São Paulo, que atuaram sistematicamente de forma alinhada à oposição liberal-conservadora durante o governo Lula. São, assim, mais suscetíveis de serem influenciadas e compartilhar ativamente ou passivamente das tendências mais conservadoras na formação da opinião pública e a visão de mundo hegemônica na sociedade brasileira.

A composição da estrutura social, o modo de vida e o consumo de informações nas regiões metropolitanas estão relacionados com as tendências detectadas pelos institutos de pesquisa de opinião pública que apontam que nas maiores cidades houve um menor nível de aprovação das ações e políticas do governo do Presidente Lula ao longo dos seus dois mandatos. Isso faz do lulismo um fenômeno com mais clara predominância das pequenas e médias cidades brasileiras.

Para concluir este tópico, deve-se ressaltar a importância das disputas políticas locais para os resultados eleitorais aqui analisados. Em 2002 e 2006, Wilma de Faria e Luís Inácio Lula da Silva disputaram e se sagraram vitoriosos no âmbito do Rio Grande do Norte. Com o rearranjo dos grupos clânico-oligárquicos Alves e Maia que levaram ao êxito no primeiro turno da candidatura Rosalba Ciarlini e consequente derrota do grupo liderado por Wilma, em 2010, a candidatura petista enfrentou o segundo turno sem a associação direta com os aliados psbistas no estado (situação diversa aos dois pleitos anteriores). Ademais, uma vez que o próprio wilmismo conseguiu arregimentar mais dividendos políticos durante últimos anos do que aqueles arregimentados pelo próprio PT, a fragilizada estrutura partidária petista no estado enfrentou praticamente sozinha a campanha do segundo turno da eleição, sobretudo em Natal e sua Região Metropolitana.

Considerações finais

Os fenômenos eleitorais, como o aqui considerado, apresentam um conjunto de desafios à análise pela complexidade dos determinantes do comportamento eleitoral e pela atuação simultânea de variadas e contraditórias tendências presentes nos processos políticos. Em uma região impactada pela mudança de bases eleitorais das candidaturas presidenciais petistas, a vitória serrista em Natal e região metropolitana demonstra como um determinado eleitorado pode se orientar, de forma peculiar, por diferenciados valores e motivações de voto.

No caso considerado, as estratégias de comportamento eleitoral punitivas às candidaturas hegemônicas em escala nacional tiveram como pilares diferentes incentivos: a sedimentação de um eleitorado oposicionista se relacionou com o impacto obtido por uma agenda eleitoral moralizante - que manipulou a religiosidade e os preconceitos morais em relação ao aborto e ao homossexualismo - em bases antes susceptíveis ao voto lulista, produzindo motivações distintas para o voto em José Serra (PSDB) no segundo turno das eleições presidenciais em Natal e região metropolitana.

A RM Natal desenvolveu um universo político e social que dista das tendências observadas pelo quadro do estado. Enquanto neste há uma reprodução do fenômeno da guinada de bases eleitorais das candidaturas presidenciais petistas, naquela a manutenção de um eleitorado oposicionista, a influência da agenda moral estabelecida pelo pleito de 2010, a estrutura socioeconômica com destacada presença da classe média e o impacto do rearranjo de forças políticas locais tornam-se potentes fatores explicativos para compreender os resultados eleitorais apresentados.

Referências bibliográficas

ALMIR sobe em pesquisa paga por Micarla. **Diário de Natal**. Natal, 19 set 2003, Política, p. 3.

APOLINÁRIA, Valdênia. et. al.. Nota Técnica 4 - **Análise do Balanço de Pagamentos do estado e a importância dos APLs no Fluxo de Comércio**. Rio Grande do Norte. Natal, 2009.

BACELAR, Tânia. O Voto do Nordeste. 18 de outubro de 2010. In <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/tania-bacelar-o-voto-do-nordeste.html>

BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil: Perfil Socioeconômico, Afinidades Ideológicas e Determinantes do Comportamento Eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. X, nº 2, Outubro, 2004, p. 288-338.

CASTRO, Mônica Mata Machado de. Sujeito e Estrutura no Comportamento Eleitoral. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.20, ano 7, p. 7-20, out. 1992.

CAMPOS, Emmanuel de Sousa. **Eleições, Pesquisas e Estratégias de Marketing**: a campanha eleitoral de Micarla de Sousa em Natal (2008). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFRN, Natal, 2011.

COIMBRA, Marcos. A Cor do Mapa. Carta Capital. 05 de novembro de 2010. In <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-cor-do-mapa-por-marcos-coimbra>

COIMBRA, Marcos. Os Tons do Azul. Carta Capital. 12 de novembro de 2010. In <http://www.cartacapital.com.br/politica/os-tons-do-azul>

COUTINHO, Carlos Nelson. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: _____. (Org.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

JACOB, Cesar Romero, et. al. Religião e Sociedade em Capitais Brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola; Brasília: CNBB, 2006.

EVANGELISTA, João Emanuel. Os candidatos e a campanha eleitoral na televisão: as estratégias político-discursivas dos candidatos à prefeitura de Natal em 2004. In LEMENHE, Maria Auxiliadora e CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. **Política, Cultura e Processos Eleitorais**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006a.

EVANGELISTA, João Emanuel. **As classes subalternas e o mundo da política: senso comum e bom senso na recepção e decodificação do HGPE nas eleições de 2004**. GT mídia e eleições. I Compolítica. UFBA, 2006b.

EVANGELISTA, João Emanuel. **Entrevista com o Professor João Emanuel Evangelista sobre o Resultado Eleitoral**. 05 de outubro de 2010. In: <http://marcelosouzarn.com.br/blog/entrevista-com-o-professor-da-ufrn-joao-emanuel-evangelista-sobre-o-resultado-eleitoral/>

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto**: democracia e racionalidade. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1991.

GRAMSCI, Antonio. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In **Cadernos do Cárcere: Maquiavel**. Notas sobre o Estado e a Política. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: O Risorgimento**. Notas sobre a história da Itália. Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios (2004-2008). **Contas Nacionais**, nº 33, Rio de Janeiro, 2010.

IBOPE. **Pesquisa CNI - Ibope Junho 2004**. Disponível para download em: http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortallBOPE&pub=T&db=caldB&comp=pesquisa_leitura&nivel=2004\Nacional&docid=374D484EC6B1E75183256EC300747571. Acesso em 22 de março de 2005.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. **Os Partidos Políticos Brasileiros**: a experiência federal e regional (1945-1964). Rio de Janeiro: Graal, 1983.

NICOLAU, Jairo e PEIXOTO, Vitor. As bases municipais da votação em Lula em 2006. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Cadernos do Fórum Nacional**: Quem elegeu Lula? Rio de Janeiro, n. 6, 2007.

O PESO da Grande Natal nas Eleições. **Diário de Natal**. Natal, 18 julho 2010, Política, p. 1. In http://www.diariodenatal.com.br/2010/07/18/politica1_0.php

SPINELLI, José Antonio. **As Eleições de 2004 para a Prefeitura de Natal/RN**: algumas considerações. Natal, 2005. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/natal1.pdf>

SPINELLI, José Antonio. Rio Grande do Norte 2006: eleições atípicas? In CORTEZ, Hugo e SPINELLI, José Antonio (orgs.). **Nordeste 2006**: os sentidos do voto. Análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados do Nordeste. Natal, RN: EDUFRN, 2010. Também disponível em: http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/ixedicao/OBSERVANORDESTE_IX_E_dicao_texto_RN_rev.pdf

SPINELLI, José Antonio. Natal: novos cenários, velhos atores. A disputa pela Prefeitura em 2008. In CORTEZ, Hugo e SPINELLI, José Antonio (orgs.). **Nordeste 2008**: o voto das capitais II. Interpretando os resultados das eleições nas capitais nordestinas. Natal, RN: EDUFRN, 2010.

PESQUISA aponta potencial dos pré-candidatos em Natal. Tribuna do Norte. 25 de março de 2011. Disponível para download em: <http://tribunadonorte.com.br/noticia/pesquisa-aponta-potencial-dos-pre-candidatos-em-natal/176571CONSULT PESQUISA>

RENNÓ, Lúcio e CABELLO, Andrea. As bases do lulismo: a volta do personalismo, desalinhamento ou não-alinhamento? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, Vol. 25, nº 74, out. 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A universalização da democracia. In BENEVIDES, Maria Victoria; KERCHE, Fábio; e VANNUCHI, Paulo (orgs.). **Reforma Política e Cidadania**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SILVA, Marconi Gomes da. Mercado de Trabalho, Ocupações e Rendimentos: a Região Metropolitana de Natal na década de 1990. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFRN, Natal, 2008.

SINGER, André. As raízes sociais e ideológicas do lulismo, de André Singer. **Novos Estudos Cebrap**, nº 85, novembro 2009, pp. 83-102.

TELLES, Helcimara de Souza; LOURENÇO Luiz Cláudio; e STORNI, Tiago Prata L.. Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 91-116, jan./jun. 2009.

UFRN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Plano de Desenvolvimento Institucional** – PDI. Natal, outubro, 2010. In <http://www.sistemas.ufrn.br/portalufrn/PT/pdi2010a2019/documento>

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva**: Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WEBER, Max. A Política como Vocação. In WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. 11ª ed., São Paulo: Cultrix, 1999.

Outros Sítios consultados

http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/1994/resultado/1_turno/gov_rn.html

http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/1996/result_blank.htm

http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/1998/result_blank.htm

http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/1998/result_mun.htm

http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/2000/result_blank.htm

http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/2002/result_blank.htm

http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/2002/result_mun_blank.htm

http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/2004/result_blank.htm

http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/2006/result_eleicao.htm

http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/2006/result_municipio.htm

http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/estatistica2008/est_result/resultadoEleicao.htm

http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/estatistica2010/Est_resultados/resultado_eleicao.html

http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/estatistica2010/Est_resultados/votacao_no_municipio.html